

NOVOS RUMOS

ANO V — Rio de Janeiro, 21 a 27 de fevereiro de 1964 — N.º 260

Gorilas Que Quiseram Matar Jango Processam Hoje os Sargentos Que Desbarataram a «Operação-Mosquito»

Reportagem na 6a. página

GRANDE CONCENTRAÇÃO NA CENTRAL PELAS REFORMAS

Organizações Sindicais e Populares Iniciam «Rush» Para Comício do Dia 13

Texto na 2a. página e editorial na 3a.

Mobilização Das Massas e Unidade Democrática Por Uma Nova Política

Matéria na 3a. página

Mínimo Dia 21

O novo salário mínimo, de acordo com os entendimentos mantidos ontem, dia 19, pelos dirigentes do CGT e da CNTI, com o ministro do Trabalho, senador Amauri Silva, deverá ser assinado na noite de dia 21, pelo presidente da República.

Ontem, durante todo o dia, realizaram intenso trabalho, em virtude de terem o Conselho Nacional de Economia e o ministro da Fazenda solicitado o texto do decreto, para exame, antes da assinatura. Alertados, os dirigentes sindicais advertiram que de

forma alguma aceitarão mais protelações na assinatura do decreto que estabeleça os novos níveis do salário mínimo, chamando a atenção para o fato de que a sua promulgação já vem com dois meses de atraso.

Rematando a promessa de presidente Lacerda de assinar o decreto até o dia 21, os dirigentes da CNTI e do CGT destacam a necessidade dos trabalhadores manterem-se alertas aguardando a promulgação da lei.



Valadares: Desespêro Reacionário Contra os Camponeses

Em Governador Valadares, os coronéis latifundiários desencadearam vasta provocação contra os camponeses, ameaçando inclusive iniciar a violência armada para defender privilégios que clinicamente chamam «sagrado direito de propriedade». O que os levou a isso? A organização do «distrito rural» na região, iniciativa do sapateiro Chico (foto ao lado) e a exigência dos camponeses sem terra de desapropriação de áreas não cultivadas para serem distribuídas entre eles. Na 8ª página, o leitor encontrará ampla reportagem a respeito.

Lacerda

Em seu despacho de demissão de policiais da Invernada de Olaria, Lacerda procura negar que sob o seu Governo não se cometem violências contra presos. Sua ilocidade não o permite ver que essa própria demissão é o reconhecimento por força do repúdio da opinião pública, das práticas de torturas pela polícia carioca sob a sua direção, amplamente denunciadas por duas vítimas recentes: Clodomir Moraes e Célia Lima.

«No meu Governo, preso não apanha» — diz ele. Mas o exame médico de Clodomir e Célia provou o contrário. E caso sua afirmação fosse verdadeira, como se explica que Lacerda demita os policiais? desmoralizando inclusive seus porta-vozes na CPI da Invernada — deputados Célso Borja, Nina Ribeiro e Everardo Magalhães Castro — e o próprio secretário de Segurança, o famigerado coronel Borges, que na ocasião desmentiram categoricamente a prática de torturas.

Que o governo Lacerda é um governo de violência, um governo fascista na GB,

está mais do que provado pelos fatos. Em agosto de 1961, foi a GB o Estado que mais sofreu em suas liberdades, com prisões indiscriminadas e os jornais censurados. Quando em 1962 os universitários reclamavam por um terço de participação nos órgãos diretores das Universidades, em manifestação na Cinelândia, pata de cavalo e bombas de gás lacrimogênio foram a resposta de Lacerda. E ainda na terça-feira passada, o DOPS — em cuja frente se acha o conhecido assassino e espancador Charles Borer, reencaminhado que foi por Lacerda — prendeu o estudante Antônio de Campos, nas proximidades da UNE, após tê-lo revistado e encontrado em sua pasta livros considerados «subversivos». São apenas alguns fatos. Haveria ainda que falar do campo de concentração de São Cristóvão, denunciado há pouco, e de outros mais. Não podem ser encobertos pela farsa de Lacerda, manifestada uma vez mais no despacho de segunda-feira; gritam a quem quiser ouvir que temos no governo da GB uma cópia extenuante de Hitler. Nada mais, nada menos.



Pernambuco

O extraordinário vigor com que cresce e se afirma o movimento sindical rural em Pernambuco é resultado da firmeza com que as organizações defendem as reivindicações dos trabalhadores, comandam suas lutas e levam-nos à vitória. Essa a principal razão por que dois terços dos trabalhadores rurais da Zona da Mata estão sindicalmente organizados para extirpar as práticas feudais e alcançar novas conquistas. (Texto na página 7).

Provocação

O regresso do camarada Luiz Carlos Prestes de sua viagem à Europa, serviu de pretexto para mais uma provocação anticomunista desta imprensa que se diz livre e objetiva.

Utilizando a entrevista de Prestes aos jornalistas quando de sua passagem pelo Rio de Janeiro, os jornais do Rio publicaram dia 19, quarta-feira, declarações forjadas, atribuindo-as ao dirigente comunista brasileiro. Disse, por exemplo, que Prestes reconheceria o «grande atraso que se verifica na produção agrícola da URSS», atribuíram-lhe declarações sobre a situação política nacional e a frente ampla proposta pelo prof. San Thia-

go Dantas, assim como a afirmação de que Nikita Kruschiov «aprovava a volta do Partido Comunista do Brasil à legalidade».

De modo algum Prestes, durante a entrevista, referiu-se à situação nacional, limitando-se a declarar que não poderia opinar a respeito por se encontrar a um mês fora do país. Em relação à situação econômica da URSS, salientou o notável avanço registrado em todos os campos no ano de 1963, apesar das dificuldades que se verificaram na agricultura em virtude de más condições climáticas. Quanto à declaração atribuída a Kruschiov, foi forjada nas redações desses jornais de aluguel.

Prestes e Kruschiov: Denúncia Dos Fracionistas no Movimento Comunista Internacional

Durante sua última visita à União Soviética, Luiz Carlos Prestes manteve um cordial encontro com Nikita Kruschiov, primeiro secretário do PCUS. A propósito dessa entrevista, o jornal «Pravda» publica, em sua edição do dia 8 último, uma nota oficial, no alto da primeira página, sob uma foto em que aparece Prestes ladeado por Kruschiov e Ponomariov. Diz a nota, após mencionar a entrevista, ocorrida no dia 7, que «entre o camarada N. S. Kruschiov e o camarada L. C. Prestes houve uma amistosa troca de opiniões em torno de problemas do movimento comunista e operário internacional, assim como do desenvolvimento da presente situação mundial». Adiante, depois de ressaltar o «espírito de sincera e fraternal amizade» característica das relações entre os comunistas soviéticos e brasileiros, acrescenta a nota que «mais uma vez se confirmou a completa unidade de pontos de vista no que se refere aos pro-

blemas da luta contra a atividade fracionista e divisionista no movimento comunista internacional».

Diz ainda o comunicado: «O camarada N. S. Kruschiov transmitiu aos comunistas brasileiros votos de êxito em sua luta pela paz e o progresso social de sua Pátria».

Participou da entrevista o secretário do CC do PCUS, B. N. Ponomariov.

Em seguida à entrevista, foi oferecido a Prestes um jantar, que contou com a presença dos dirigentes soviéticos Brejnejev, Voronov, Kirilenko, Mikolan, Folianski, Suslov, Kruschiov, Andronov, Ilitchev, Ponomariov e Ustinov.

Na 4ª página, damos o texto da entrevista concedida por Prestes à «Pravda», publicada na edição do dia 9 do órgão oficial do PCUS. Na foto ao alto, Kruschiov, Ponomariov e Prestes.

Ato do PAC

O Pacto de Ação Conjunta (PAC) fará realizar, dia 21, sexta-feira, às 20 horas, no Centro do Professorado Paulista, à avenida Liberdade, 928, um ato público em defesa de várias reivindicações populares. Constarão da ordem do dia: salário mínimo, energia elétrica, anistia, escola pública e transportes urbanos (aumento de tarifas).

Usarão da palavra os seguintes oradores: Clodsmith, Riani, Dante Pelacani, engenheiro Ca-

tulo Branco, deputado federal Garcia Filho, deputado estadual Raul Schwinden e Modesto Scagliusi, diretor financeiro da CMTC.

A fim de que haja um comparecimento em massa de trabalhadores, estudantes, militares e suas famílias, bem como do povo em geral, o PAC vem desenvolvendo intenso trabalho de divulgação do referido ato, ao fim do qual haverá debates e tomada de resoluções.

Assalto

Não há justificativa possível, a não ser na lógica dos tubarões, para o aumento do açúcar nas bases em que se anuncia. De fato, como está demonstrado na «Nota Econômica» (3ª página) mesmo um aumento de 103 para 164 cruzeiros o quilo do açúcar refinado na Guanabara ficaria bastante acima da elevação do nível geral de preços, cons-

tituindo-se em fator de agravamento da carestia. Pois, agora se fala em aumentar o preço do produto já não mais para 164 e sim para 180 cruzeiros o quilo! No mencionado comentário, os leitores verão por que tal concessão aos tubarões do açúcar é, ao mesmo tempo, um assalto à economia popular e uma tremenda negociação.

13 de Março: Grande Concentração Popular na Central



Professores: 120% Antes Das Aulas

Reunidos em assembleia geral no último sábado, os professores do ensino médio e primário da Guanabara deliberaram não retornar ao trabalho, quando do término das férias escolares, caso os proprietários de colégios não atendam às suas reivindicações até lá.

Os professores exigem:

- a) aumento de 120% a partir de 1.º de março;
- b) um mínimo de salário por aula de Cr\$ 1.050,00 para o ensino médio e de Cr\$ 525,00 para o primário;
- c) gratificação de 20% por quinquênio de serviço e de 10% por valorização profissional;
- d) revisão salarial após seis meses de vigência do novo acordo.

Na assembleia, realizada na sede do Sindicato, os professores decidiram ainda manter-se em assembleia permanente, mobilizados para a conquista imediata de suas reivindicações. O plenário aplaudiu com entusiasmo o decreto presidencial, referendado pelo MTPB, que concede aposentadoria a diversas categorias profissionais, inclusive a dos professores, aos 25 anos de serviço. E congratularam-se com o CGT e o PUA pelo apoio e orientação que deram ao movimento por este objetivo.

Rodoviários Exigem Cumprimento

O Sindicato dos Rodoviários denunciou o não cumprimento do vigente acordo salarial, assinado em 27 de outubro de 1963, que vem sendo sistematicamente violado pelos donos das empresas de coletivos da Guanabara.

Visando a colocar um parâmetro nessa situação ilegal, os representantes dos trabalhadores compareceram às três mesas-redondas no DNT. Os patrões porém faltaram a todas elas. Diante dessa situação, os rodoviários recorrem à Secretaria de Serviços Públicos, que porém, não convocou até agora a reunião solicitada.

São as seguintes as irregularidades constatadas pelo Sindicato:

- a) ausência do livro de ponto;
- b) não apresentação de comprovante de pagamento;
- c) não pagamento do aumento, alcançado em outubro, da ordem de 75% para os serventes, faxineiros e vigias das oficinas.

Gráficos

Os trabalhadores nas indústrias gráficas da Guanabara comemoraram festivamente a passagem da Data Nacional dos Gráficos transcrida no dia 7 de fevereiro. A Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas lançou uma conchamação à categoria ressaltando as lutas históricas dos gráficos e reafirmando, ao mesmo tempo, as seguintes aspirações dos trabalhadores:

- a) regulamentação profissional (estatuto do trabalhador gráfico);
- b) portaria ministerial específica das atividades insalubres para efeito de pagamento da taxa de insalubridade ou redução de horas para os trabalhadores nas indústrias gráficas;
- c) exigir a constituição do "grupo executivo do desenvolvimento da indústria gráfica nacional";
- d) nacionalização da imprensa e serviços de comunicações.

CONTEC Denuncia Banco

A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec) denunciou, em nota assinada pelo secretário-geral da entidade, Luiz Viegas da Motta Lima, a manobra realizada pela agência do Banco Mercantil de S. Paulo, localizada em Recife, que demitiu, após reajustamento salarial, trinta e quatro bancários.

A manobra foi desmascarada perante o povo, ao mesmo tempo em que merecia veemente protesto dos bancários recifenses. O desmascaramento ficou comprovado na reunião pública do governador interino, Dr. Paulo Guerra, à iniciativa de seu envolvimento com o objetivo de sufocar o movimento de protesto.

Tentam agora os dirigentes do banco coagir os trabalhadores através da ameaça de fechamento da agência, lançando ao desemprego dezenas de trabalhadores. As arbitrariedades do Banco Mercantil de S. Paulo vêm recebendo desaprovamento por parte do comércio e indústrias locais, assim como do próprio Sindicato patronal, cuja diretoria renunciou coletivamente.

USEG

A USEG iniciou no sábado, dia 15, a distribuição dos formulários para aquisição de material escolar. O Departamento de Beneficência comunica que estão habilitados a receber os formulários todos os associados com um ano de integração do corpo social.

Colocou, também, a USEG, à disposição dos associados e suas respectivas famílias um serviço dentário, a baixo custo, contratado pela entidade. As informações necessárias poderão ser prestadas na sede da Associação, à rua Paraíba, 19.

Metalúrgicos

Os metalúrgicos e mecânicos da Guanabara tiveram seus salários aumentados em 41% em decorrência de cláusula do acordo salarial firmado em agosto de 63, que determinava um reajustamento em nível não inferior à elevação do custo de vida nos seis meses subsequentes.

O sindicato retomou suas atividades após as festas carnavalescas: dá prosseguimento ao curso de História do Brasil, ministrado pelos professores do ISEB; intensifica a atuação na campanha pela decretação do novo salário-mínimo e continua na arrecadação de fundos para a construção da nova escola em terreno já adquirido pela entidade.

Marceneiros Hoje em Assembleia

O Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serraria da Guanabara convocou para hoje, quinta-feira, às 19 horas, uma assembleia geral da categoria, a ser realizada no Sindicato dos Têxteis, à rua Maria e Barros, 65.

A discussão será sobre o problema salarial. E os trabalhadores deverão estabelecer sua proposta quanto aos níveis de majoração salarial, a ser encaminhada às entidades patronais.

O acordo vigente foi assinado em 27 de março do ano passado, e o SEPT, serviço de estatística do Ministério do Trabalho, está concluindo o levantamento da ascensão do custo de vida e o envia ainda hoje aos sindicatos interessados.

Sangue Para

Álvaro

Ventura

O velho combatente Álvaro Soares Ventura acha-se internado no Hospital Getúlio Vargas, onde se submetterá a uma delicada intervenção cirúrgica.

Preca, no entanto, de plasmas sanguíneos. Nesse sentido, apelamos para os doadores de sangue, no sentido de que se dirijam ao Instituto de Hematologia Arthur de Berqueria Cavalcanti, rua Teixeira de Freitas, 27, Lapa (GB), onde receberão o comprovante da doação.

ORGANIZAM-SE AS FORÇAS POPULARES DE SÃO MIGUEL

No sábado próximo, dia 22, às 20 horas, reunir-se-ão representantes das forças populares e nacionalistas de São Miguel Paulista a fim de estruturar a Frente de Mobilização Popular local. A reunião realizar-se-á à rua Arlindo Colaco, 2-B, devendo dela participar dirigentes do Movimento A Unitomista, diretores de Sindicatos e elementos pertencentes ao PTB, ao PDC, ao PSP, socialistas e comunistas. Nessa oportunidade, será também debatido um plano de divulgação das finalidades da FMP e de esclarecimento sobre as reformas de base.

A Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS) está convocando todas as entidades sindicais, estudantis, de funcionalismo, etc. para a reunião geral e estruturadora preparatória da GRANDE CONCENTRAÇÃO DEMOCRÁTICA E POPULAR do dia 13 de março vindouro, na Praça da República.

A reunião preparatória será efetuada no dia 25, terça-feira, às 19,30 horas, na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem, à rua Maria e Barros, 65.

O CPOS solicita aos companheiros dos sindicatos, organizações e entidades, etc. que promovam desde já planos de trabalho, que incluam a propaganda e a mobilização nos locais de trabalho e de concentração popular, com as indicações e meios como vão desenvolvendo, a fim de serem incluídos na programação geral a ser apreciada na reunião do dia 23.

A Grande Concentração

A Grande Concentração Democrática e Popular do dia 13 de março, a partir das 17,30 horas, na Praça da República — entre a estação Pedro II, Avenida Presidente Vargas, Ministério da Guerra e Av. Marechal Floriano (junto ao Itamarati) — foi convocada pelo movimento sindical, estudantil, popular e dos funcionários públicos e partidos políticos.

Tem como objetivo a mobilização do povo brasileiro em torno dos seguintes pontos:

I — Assinatura do Decreto da SUPRA de desapropriação de terras e outras medidas de Reforma Agrária;

II — Preservação do monopólio estatal do petróleo e fortalecimento da Petrobras;

III — Direito de voto ao analfabeto, soldado, mari-

nheiro e cabo; e elegibilidade para todas as eleições;

IV — Concretização das reformas de base: administrativa, agrária, bancária, universitária e eleitoral no ano de 1964;

V — Anistia aos civis e militares indiciados por crimes políticos.

Materiais de Propaganda

A CPOS informa que já estão sendo confeccionados cerca de 3.000 salmas, 3 milhões de manifestos volantes, 200 mil tablóides sobre reformas, 2 mil bandeiras e outros meios de propaganda escrita e falada.

CONCLAMAÇÃO

Diversas entidades e organizações operárias, estudantis e populares dirigiram ao povo a seguinte conchamação:

"AOS TRABALHADORES E AO POVO EM GERAL

As entidades sindicais e organizações que subscrevem esta convocação, na qualidade de autênticas e legítimas representantes de todas as categorias profissionais de trabalhadores da cidade e do campo, dos servidores públicos civis e militares, dos estudantes e das demais camadas e setores populares, juntamente com a Frente Parlamentar Nacionalista, convocam os trabalhadores e o povo em geral para participarem da CONCENTRAÇÃO POPULAR que será realizada no próximo dia 13 de março (sexta-feira), com início às 17,30 horas, na Praça da República (lado da Central do Brasil) e para a qual está convidado, e comparecerá, o senhor Presidente da República.

Os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão,

nessa oportunidade, que estão decididos a participar, ativamente, da solução para os problemas nacionais e manifestarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base, entre as quais a agrária, a bancária, a administrativa, a universitária e a eleitoral, que querem ver concretizadas neste ano de 1964.

De igual forma, manifestando em praça pública a defesa das liberdades democráticas e sindicais, exigiremos também a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, e elegibilidade para todos os eleitores, bem como a necessidade da imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais.

Conclamamos os trabalhadores e o povo em geral para essa demonstração cívica de unidade e patriotismo, na defesa das soluções populares e nacionalistas para os problemas brasileiros, certos de que ao povo compete, legitimamente, traçar os rumos definitivos dos destinos nacionais e de que, de sua mobilização, depende o êxito de qualquer programa que vise ao atendimento das necessidades sociais e dos supremos interesses da Nação, como a reformulação da política econômica-financeira e de medidas outras que conduzam ao fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e a ampliação da Petrobras, e à efetivação da Reforma Agrária, como a declaração de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropria-

Despejos e Negociatas de Lacerda

"Pobre quando vê escolas derisivas, desconfiadas".

Quando surgiram as famosas piçotas, fazendo propaganda das camadas populares do governo de Carlos Lacerda, o objetivo era bem diferente da demagogia: a tão filantropia obra visava a enxotar as camadas pobres da zona urbana para a zona suburbana. Assim foi a criação do MORRO DO PARADISO, com requintes de violência e força policial.

Não ficou pedra sobre pedra. As próprias tábuas e telhas, de propriedade dos favelados, foram destruídas, eliminando-se qualquer tentativa de reconstrução. O fogo lambuou tudo o que havia sido construído naquela imensa área, onde tanta gente viveu, sonhou, amou, trabalhou para o conforto dos ricos, onde tanta criança nasceu, brinca, estudou... E o governador, qual Nero, deitou-se assistindo ao drama de milhares de famílias, cujas dificuldades aumentaram tremendamente, em consequência de seu transplante para Bangu.

Que se precavemham os habitantes de outras favelas, porque Sua Excelência quer passar à história como o embelezador da cidade, como o destruidor de favelas e favelados.

A Vez Dos Conjuntos

Existe no fim da rua Pacheco Leão (atrás do Jardim Botânico) um conjunto residencial, em zona muito agradável, com um total de 250 apartamentos. Construído há cerca de vinte anos, pelo então prefeito Mendes de Moraes, o conjunto ficou desabitado durante muito tempo, condenado em vista da falta de segurança de sua construção. Os blocos condenados foram apelidados de "Balança magra não cai" e até hoje o conjunto é conhecido pelo apelido de "Balança".

Por ocasião do despejo da Favela da Hipica, as casas desse conjunto foram ocupadas por funcionários e outros favelados despejados da referida favela. As casas inacabadas foram rebocadas e pintadas. Escadas, aparelhos sanitários, pisos, pias, fogões e tudo o mais que faltava foi colocado pelos modestos moradores com seus próprios recursos. A própria instalação elétrica foi feita há poucos anos por iniciativa e também às custas dos moradores. Gastaram o que tinham e o que não tinham. Fizeram empréstimos, e houve quem empregasse cerca de trezentos mil cruzeiros para tornar a casa confortável.

São passados ordes e de boa moral. Pagam em dia seus alugueis e os funcionários são descontados em folha. Até há dois anos

(1962) pagavam apenas Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) mensais. Recentemente, houve um aumento para Cr\$ 8.000,00, o que desequilibrava o orçamento de muita gente. Entretanto, sendo todos moradores já antigos, almejavam poder comprar o apartamento em que residiam, mediante desconto do aluguel.

Foi então que surgiu DONA SANDRA CAVALCANTI, e todos pensaram: realizar seus anseios. A Secretária de Favelas fala muito, mas traz sempre mensagens dolorosas. Tira tudo, sorrindo, com ares de quem está dando muito. Morda e sopra, engabelando os pobres incautos com sua demagogia agressiva.

A Negociata

Dona Sandra foi logo explicando que os apartamentos seriam postos à venda pelo "módico" preço de três milhões de cruzeiros, com um desconto mensal de treze mil cruzeiros, pelo prazo de vinte anos; que se os não pudessem pagar seriam logo transferidos para os Parques Proletários ou para a VILA ALIANÇA; que morar na Zona Sul por tal preço era um privilégio... E muitas coisas mais disse a Secretária, deixando os moradores atônitos diante do dilema: assinar o compromisso de compra ou ser despejado.

Considerando que os funcionários do Conjunto de padrão mais alto — nível 14 — recebem Cr\$ 39.000,00 por mês, que são chefes de famílias numerosas e que não podem viver com Cr\$. 26.000,00 apenas para atender aos gastos de alimentação, transporte, roupa, colégio etc.; considerando que os funcionários de padrão abaixo do nível 14 não poderão assumir tal compromisso e que os não funcionários serão fatalmente eliminados; e considerando ainda que as casas foram terminadas de construir as despesas dos moradores, e que dentro de vinte anos estarão destruídas devido à precariedade de seus alicerces; considerando ainda que a Constituição do Estado proíbe vender o próprio do Estado, a não ser em hasta pública — vemos tudo o que há de má-fé e de perversidade, de engodo na proposta do Estado.

O jeto encontrado foi a COHAB. O objetivo, ou melhor os objetivos, estão claros. Primeiro: necessidade de dinheiro para a campanha eleitoral do sr. Carlos Lacerda. Com a rejeição dos votos do novo organismo, a situação tornou-se um pouco difícil para o governador, apesar dos exorbitantes aumentos de impostos, apesar do dinheiro da ALIANÇA PARA O PROGRESSO, ape-

sar das negociatas. Mas sua campanha é muito dispendiosa: rádios e TV à disposição; o Brasil todo infestado de faixas, cartazes e folhetos luxuosos. Alguém tem de pagar essa orgia. O outro objetivo, mais claro ainda, é: eliminar as casas pobres da Zona Sul. Enfeitar muito o panorama da cidade. Não importa que não haja água nas bicas, que não haja luz, que haja lixo e buracos pelas ruas. Isso não envergonha o governador. Mas casas modestas da Zona Urbana, isso o envergonha muito. Não se iludam os moradores e não se deixem espoliar. O Brasil é de todos e os conjuntos não são propriedade do atual governador.

Lembrem-se do Morro do Pasmo.

Não se entreguem de mãos e pés amarrados sem fazer valer os seus direitos. Não acreditem em Lacerda e seus ajudantes, inimigos das classes menos favorecidas.

Servidores da GB a Jango: Urgência Para o Mínimo

Representantes das associações dos servidores do Estado da Guanabara, os quais constituem, por eleição, o Comando Geral dos Servidores da GB (CGSG), enviaram ao presidente João Goulart abaixo-assinado de apoio à decretação urgente da revisão do salário mínimo, nos termos defendidos pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

O interesse dos servidores guanabarrinos pela questão se deve também a que, pela Lei 72-61, seus salários e vencimentos são automaticamente elevados com o aumento do salário mínimo.

CL. só Deu 10 Salários

O documento — assinado pelos senhores Alacirino Tavares Dias (presidente da USEG) e do CGSG, João Xavier (presidente da ABM) e vice-presidente do CGSG, Rinaldo Marques Gouveia (presidente da AS DEREG) e 1.º secretário do CGSG, Waldir Duarte Paes Leme (presidente da A. S. SURBAN) e tesoureiro do CGSG, Gladstone de Moura (presidente do Centro dos Servidores Serventes, Contínuos e Trabalhadores da GB), Antônio Silva (presidente da Associação dos Servidores da Limpeza Urbana, da GB) e Átila Rezende (presidente da Associação de Inativos) — assinala que os servidores da

GB foram a única categoria a perceber no ano passado apenas 10 salários. Isto porque Lacerda, em decreto, autorizou descontos equivalentes a um mês de salário, e transferiu para depois do dia 8 de janeiro do corrente o pagamento de dezembro de 1963.

Os signatários manifestam a insatisfação dos servidores ativos e inativos, diante dos aumentos de taxas e impostos determinados pelo governador da GB, aumentos inteiramente injustificados, já que as estatísticas indicam serem as cifras de arrecadação ido muito além do previsto nos orçamentos de 1962 e 1963.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1964.
Dante Pollicani — Comando Geral dos Trabalhadores;
Odemir Riani — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria;
Alfredo Pereira Nunes — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos;
Aluizio Falhano — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito;
Lindolfo Silva — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
Dante A. Menezes — Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio;
João Avyrton Gomes — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres;
Carlos Taylor — Confederação dos Servidores Públicos do Brasil;
Carlos Alberto Costa Pinto — Confederação Nacional dos Jornalistas;

Wilson Reis — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas Radiotelegráficas e Radiotelevisivas;
Rafael Martinelli — Federação Nacional dos Perfeccionistas;
Eduardo Silveira — Comando dos Trabalhadores Intelectuais;
José Paulo da Silva — União dos Perfeccionistas do Brasil;
Marcelo Corqueira — União Nacional dos Estudantes;
Mascier Maiani — União

dos Previdenciários do Brasil;
Orvaldo Pacheco da Silva — Pacto da Unidade e Ação;
Nereu Corrêa dos Reis — Comissão Permanente das Organizações Estudantis;
Olimpio Mendes — União Brasileira dos Estudantes Secundários;
Sérgio Magalhães — Frente Parlamentar Nacionalista;
Anna Montenegro — Liga Feminina da Guanabara;
José Manoel do Melo — União Brasileira dos Servidores Postais e Telegráficos.

SIGNIFICAÇÃO DO COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL

Nércules Corrêa

A necessidade das reformas de base é reconhecida pela imensa maioria do povo. Há poucos dias, discursando na Câmara Federal, o sr. Valério Magalhães criticava a omissão do Congresso Nacional, que se sujeitando ao que ele próprio chama a "ditadura dos líderes", permite a não inclusão em ordem-dia das matérias relacionadas com as reformas de base. Tem razão o representante acreano quando critica seus companheiros de representação. Mas não basta que em Brasília se ergam vozes como a do sr. Valério Magalhães, clamando pela efetivação das reformas. É preciso que o povo se manifeste, nas ruas, exigindo as modificações de estrutura que hoje se apresentam como necessidade inadiável.

No próximo dia 13 deverá se realizar em frente à Central do Brasil uma grande manifestação pelas reformas. Nessa oportunidade, representantes das diversas correntes democráticas exigirão o cumprimento dos seguintes pontos:

- 1 — Assinatura do decreto da SUPRA de desapropriação de terras e outras medidas de reforma agrária.
- 2 — Preservação do monopólio estatal do petróleo e fortalecimento da Petrobras.
- 3 — Direito de voto ao analfabeto, aos soldados, cabos e marinheiros.
- 4 — Elegibilidade para todos os eleitores.
- 5 — Concretização das Reformas de Base: Reformas Agrária, Bancária e Eleitoral no ano de 1964.
- 6 — Anistia aos civis e militares indiciados por crimes políticos e aplicação do Decreto Legislativo N.º 18.

Em torno de cada um dos pontos acima enumerados movimentou-se em nossos dias a vida política do país. A questão da posse da terra pelos que nela trabalham assume aspectos de gravidade em face do encorajamento, por forças retrógradas, de uma reação armada dos fazendeiros, os quais já começaram a derramar sangue dos trabalhadores do campo.

A última crise provocada na Petrobras revelou que os inimigos da doutrina do monopólio estatal do petróleo continuam conspirando, dentro e fora da grande empresa nacional.

Quanto ao direito do voto aos analfabetos, aos soldados, cabos e marinheiros e à elegibilidade de todos os eleitores, a prática está igualmente demonstrando que não podemos continuar mantendo um tipo de democracia em que, contra a letra expressa da Constituição, nem todos são iguais perante a lei.

Também não é possível permitirnos que a proclamação das reformas vá além do ano de 1964, que é decisivo para as próximas eleições em que devemos escolher, entre outros representantes do povo, o futuro presidente da República.

Finalmente, a anistia, que será um dos pontos do programa do comício do próximo dia 13, é medida que se impõe. Na verdade é inconcebível que a distorção dos conceitos de disciplina militar institua o sistema de dois pesos e duas medidas: tolerância em relação a chefes militares aguilhões que reiteradamente assumem atitudes subversivas e agressivas em relação a soldados, marinheiros, fuzileiros, cabos e saqueiros das diversas corporações armadas, empenhados em campanhas justas e licitas.

Não é difícil avaliar-se a importância do comício de 13 de março. Por isso, os dirigentes dos sindicatos e demais organizações populares, bem como todos os próceres políticos democráticos, necessitam promover, desde já, os meios necessários à mobilização de massas para aquela demonstração de rua.

Só o povo nas ruas, manifestando sua vontade através de grandes demonstrações, será capaz de liquidar todas as resistências à realização das reformas exigidas pela imensa maioria dos brasileiros.

A FIM de ocultar sua memória face, a sociedade capitalista inventa as mais rebuscadas "teorias" para se apresentar como "sociedade da opulência", "sociedade do bem-estar", "capitalismo popular", etc. etc. Uma dessas fantasias é a chamada "sociedade aberta", que no dizer de um dos seus ideólogos é "o governo da razão, da justiça, da igualdade e do controle do crime internacional"...

"Paradoxos da Sociedade Aberta", artigo inserido em PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO de dezembro, discute mais esse mito capitalista. É um artigo de grande importância teórica. Não deixe de lê-lo.

P. P. S. de dezembro está nas bancas e em todas as livrarias. Adquirir sem demora o seu exemplar ou faça uma assinatura para 1964 por apenas Cr\$ 1.600,00. Rua da Assembleia, 34, salas 204 e 204. Rio—GB.

novos rumos

Propriedade da EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA.

Diretor Orlando Bomfim Júnior

Diretor Executivo Fragmon Carlos Borges

Redator Chefe Luiz Gazzaneo

Gerente Guttemberg Cavalcanti

Relação: Av. Rio Branco 257, 17.º andar, sala 1712 — Telefone 427344

Gerência: Rua Leandro Martins, 74, 1.º andar (Centro)

Endereço telegráfico: NOVOSRUMOS

EDIÇÃO DE MINAS GERAIS

Relação e Administração: Rua dos Carijós 121, 2.º andar, S/204 Tel. 4-8666 — B. Horizonte

Sucursal de São Paulo Rua 15 de Novembro 228, 8.º andar, sala 827 — Telefone 35-0453

Sucursal do Paraná Rua José Loureiro, 133 — 3.º andar, S/311 — Curitiba

Assinaturas

Annual Cr\$ 1.500,00 Semestral 800,00 Trimestral 400,00

Assinatura Aérea

Annual Cr\$ 2.800,00 Semestral 1.500,00 Trimestral 800,00

xxx N.º avulso .. Cr\$ 30,00 N.º atrasado .. 50,00

A experiência vivida pelo povo brasileiro, especialmente nesses últimos anos, mostra, sem deixar margem a qualquer dúvida, que está na pressão das massas e na unidade das forças progressistas a condição decisiva para que avance o processo democrático e se convertam afinal em realidade as reformas de estrutura.

Decorre daí a enorme significação do comício que as entidades sindicais, estudantis, populares e correntes políticas progressistas estão convocando para o dia 13 de março próximo, em frente a Central do Brasil.

Naturalmente, as organizações patrióticas não se limitarão a convocar o comício e aguardar o dia de sua realização. Ao contrário, o ato do dia 13 de março deverá constituir-se num coroamento de atos preparatórios de todo tipo — na Guanabara e em todo o País — nos quais sejam debatidos os problemas cruciais hoje em pauta e dos quais saiam ainda mais fortalecidos, em organização, combatividade e consciência política, os movimentos e as lutas dos trabalhadores, das massas camponesas, da juventude, de todos os setores que participam nos combates pela libertação nacional e a democracia em nosso País.

Conferências, assembleias, encontros, comícios, manifestações de todo tipo, enfim, serão certamente realizados, na cidade e campo, confluindo para a concentração do dia 13. E assim, ao lado das grandes massas, trazendo-as em proporções e níveis sempre mais elevados para o debate e a ação política, que as forças nacionalistas e democráticas cumprirão os seus compromissos com os grandes objetivos que nos propomos: a emancipação nacional, a liquidação do latifúndio, o progresso social, a preservação e ampliação das liberdades democráticas para todo o povo.

Os comunistas aceitam orgulhosamente a parte que lhes cabe nessa tarefa. E pelo seu êxito darão — como deram sempre — o melhor de suas energias, de seu empenho em unir, de sua confiança no povo e de seu entusiasmo revolucionário na luta.

Mobilização Das Massas e Unidade Democrática Por Uma Nova Política

As forças progressistas e populares estão lançadas, desde já, num intenso trabalho de mobilização em torno do comício convocado para o dia 13 de março próximo em frente a Central do Brasil.

O comício da Central permitirá, não só ao povo permitira, mas a todo o povo brasileiro — através das delegações estaduais que nele participarão — dizer, de forma clara e inequívoca, que a Nação não admite nem tolera por mais tempo que os angustiantes problemas em que se debate o Brasil existam.

Em termos gerais, a maioria da Nação está consciente de que a crise — que se traduz para as massas, fundamentalmente, nos alarmantes índices da inflação e da carestia de vida — exige, para ser solucionada, a aplicação de uma série de medidas, antes de tudo contra a espolição imperialista e a estrutura agrária semifeudal.

Essa orientação — que pressupõe a unidade cada vez mais estreita de todas as forças nacionalistas e progressistas — vem encontrando, sem dúvida, uma correspondência dia a dia maior nos sentimentos e na decisão das massas. Isso se comprova, antes de mais nada, no impetuoso crescimento das lutas populares pelas reformas de estrutura — particularmente a reforma agrária — assim como pelo avanço da consciência antiliberalista.

Posição Dos Comunistas

Nesse sentido, é absolutamente clara a posição dos comunistas. Partindo de que é possível — e mais desejável para o nosso po-

vo — uma solução não violenta para os problemas do País, os comunistas vêm ha muito insistindo na necessidade, de imprimir-se um novo curso ao nosso desenvolvimento econômico e político.

Essa posição foi exposta, por exemplo, no documento em que, em outubro do ano passado, os comunistas tiraram as conclusões acerca da fracassada tentativa de implantar-se no País o estado de sítio. "Nenhum problema de fundo foi resolvido e continuam a atuar os fatores que levam ao agravamento da crise. Os fatos mostram a necessidade premente de ser adotada uma nova política, que de solução às questões imediatas e se encaminhe no sentido das reformas de base. Um governo como o atual, que se baseia no compromisso com a cúpula retrograda do PSD e com outras forças reacionárias, não realizará essa política. Impõe-se, portanto, uma recomposição do sistema de forças que constitui o atual Governo" — diziam os comunistas no mencionado documento, no qual apresentavam uma série de sugestões concretas, capazes de ser realizadas, desde já, por um Governo que se disponha realmente a servir ao povo.

Essa orientação — que pressupõe a unidade cada vez mais estreita de todas as forças nacionalistas e progressistas — vem encontrando, sem dúvida, uma correspondência dia a dia maior nos sentimentos e na decisão das massas. Isso se comprova, antes de mais nada, no impetuoso crescimento das lutas populares pelas reformas de estrutura — particularmente a reforma agrária — assim como pelo avanço da consciência antiliberalista.

Êxitos Parciais

O crescimento das lutas e reivindicações antiliberalistas e democráticas refletiu-se, nos últimos meses, em algumas vitórias parciais, embora significa-

tivas, do povo brasileiro. Trata-se, principalmente, do decreto que estabelece o monopólio estatal da importação de petróleo e derivados — afastando desse setor os trusts imperialistas — e do decreto que regulamentou a remessa de lucros para o exterior. Ao lado disso, e apesar das inúmeras proteções, as medidas anunciadas pela SUPRA referentes à desapropriação de terras marginais às estradas e açúes.

Solução Geral

A realidade está mostrando, porém, que a necessidade de imprimir um novo curso ao desenvolvimento econômico e político do País não pode ser objeto mais das manobras e adiações, que se vêm sucedendo. Impõe-se, com o caráter de urgência indeclinável, a reivindicação mudança de rumos, isto é, a fixação de uma política — e em correspondência com ela, a recomposição do Governo — que se oriente, com clareza e vigor, no sentido de enfrentar e remover, e efetivamente, as causas verdadeiras da crise. Sem que isso aconteça, mesmo as medidas parciais de caráter positivo, como as acima mencionadas, correm o risco de ser anuladas pela pressão dos interesses antinacionais e as vacilações do Governo. E o que revela o exemplo do monopólio da importação de petróleo: o decreto assinado pelo sr. João Goulart esteve a ponto de transformar-se num presente do céu para a Standard Oil, o que só não se verificou graças à vigilância e ao patriotismo dos diretores e dos sindicatos de trabalhadores da Petrobrás. Quanto à regulamentação da remessa de lucros, é evidente que não passará do papel enquanto o Ministério da Fazenda e a SUMOC estiverem nas mãos dos grupos reacionários que hoje lá se encontram.

Sómente uma solução de conjunto, baseada na formulação e aplicação de uma nova política e na recomposição do Governo — substituindo-se os setores distancados das aspirações do povo por representantes identificados com as correntes nacionalistas e democráticas — pode assegurar o encaminhamento concreto, e não apenas

em palavras, dos graves problemas em que se debatem a Nação e o povo.

Perspectivas Atuais

Partindo dessa posição que os comunistas encaram os entendimentos políticos que, hoje se processam no País. As sugestões programáticas iniciais enunciadas pelo deputado, Sr. Tiago Dantas, os comunistas responderam com um documento em que expõem as suas observações críticas e sugerem determinadas medidas, em que se refletem os interesses mais legítimos dos trabalhadores e de todos os setores patrióticos e progressistas da sociedade brasileira.

Na abertura desse diálogo vêm os comunistas uma oportunidade de fazer avançar o progresso democrático. Consideram, por isso mesmo, que a participação no diálogo, apoiada na mobilização das massas, é um dever das forças populares e patrióticas. Participar do diálogo, nessas condições, é elevar a um novo nível a luta pela mudança de política, a luta pela conquista de um governo nacionalista e democrático.

A justiça dessa atitude é confirmada pela própria vida. Está provado que sempre que as massas se mobilizam e as forças progressistas atuam de modo unitário podem ser impostas derrotas aos inimigos do povo e conseguidos avanços no caminho da libertação nacional e da democracia. Essas — a mobilização das massas e a unidade das forças progressistas — são os requisitos essenciais para que dos entendimentos que hoje se desenrolam para a formação de uma frente progressista possa resultar uma vitória democrática, e não o reforçamento das tendências conciliadoras, da fracassada aliança do Governo com os carcomidos sob o PSD e outras forças reacionárias.

O amplo debate em torno da formação de uma frente progressista e seu programa e a movimentação das massas em defesa de seus interesses e da necessidade de uma nova política são, por tudo isso, uma tarefa da maior atualidade e da mais alta importância.

NOTA ECONÔMICA - José Almeida

Atentado à economia do povo e negócios

A elevação do preço do açúcar, anunciada para os próximos dias, envolve um atentado à economia popular e uma grande negociação. Em menos de um ano, para nos fixarmos no tipo mais consumido na Guanabara, o açúcar refinado passou de \$1 para 103 cruzeiros o quilo e agora irá aos 164 cruzeiros. Em menos de um ano, portanto, o aumento registrado será superior a 200%. Se não produzíssemos açúcar, ou se fôssemos um pequeno produtor, tão grande variação ainda poderia ser compreendida ou explicada por conjunturas de mercado. Entretanto, a verdade é que somos o terceiro maior produtor mundial desse produto e, por uma série de circunstâncias, inclusive históricas, o açúcar é produto essencial à alimentação do nosso povo, que dele se vale inclusive para suprir a deficiência de outros alimentos.

Mesmo pondo de lado as estatísticas da Fundação Getúlio Vargas, que acusam um aumento de 81% no custo de vida em 1963 e adotando outras estatísticas, provavelmente mais reais, que situam esse aumento acima de 90%, pode-se ver que a anunciada majoração do preço do açúcar está muito acima do que seria razoável.

Não colhe o argumento de que o aumento dos preços internos seria para acompanhar a alta dos preços internacionais, que se verifica desde há alguns meses. A verdade é que quando os preços internacionais estavam abaixo dos internos, o açúcar era subvencionado para poder ser exportado. Em outras palavras, o povo, através do poder público e através dos preços internos fixados, pagava aos exportadores a diferença por eles reclamada para poderem entrar no mercado externo. Agora, alega-se a necessidade de aumentar os preços internos porque os internacionais são mais altos. Há lógica nisso? Claro que não. O lógico seria que o consumidor brasileiro fosse beneficiado uma vez que os produtores estão recebendo mais pelo que vendem para fora.

Seria, também, inaceitável que nos viessem a falar em contenção do consumo através de preços mais altos, para obtermos maiores disponibilidades exportáveis. De fato, se houvesse seriedade, se houvesse uma política de exportação realmente nacional, o recomendável seria a introdução de um racionamento, de modo que os níveis de consumo fossem fixados segundo critérios de justiça social e não arbitrariamente. Pois os altos preços só são uma barreira ao consumo dos que ganham pouco; para os ricos, não.

Alegar, ainda, que o aumento iminente decorreria dos aumentos de salários é outra mistificação. Em primeiro lugar, os aumentos de salários conquistados no Nordeste não repercutem sobre os preços finais na proporção indicada pelos usineiros; em segundo lugar, o salário de 900 cruzeiros/dia só está sendo pago em Pernambuco, enquanto o preço mais alto é para todo o Nordeste açucareiro. De fato, o problema é outro: é a indolência secular dos usineiros e senhores de engenho, que não enfrentam o problema da produtividade e da modernização de suas plantações e usinas e querem impor a toda a Nação preço tão alto para que eles sobrevivam.

Neoclassica sem qualificação é, finalmente, permitir que os novos preços mais altos beneficiem estoques produzidos a custos muito baixos, como ocorreu no aumento anterior, em que uma quantidade superior a 10 bilhões de cruzeiros foi embolsada pelos exploradores. Em uma palavra, esta "solução" encontrada pela SUNAB, IAA, etc., para que o açúcar apareça é exemplo vivo de uma política de abastecimento antipopular.

FORA DE RUMO - Paulo Motta Lima

Respondendo às declarações feitas pelo sr. Darci Ribeiro no rádio e na televisão, o sr. Bilac Pinto voltou a sustentar, em tom de "grave advertência", que há no Brasil uma guerra revolucionária. A advertência não se fez acompanhar de uma interpretação do que seja a guerra revolucionária. Será que o sr. Bilac combate, pelo menos em tese, a guerra revolucionária do tipo da "Revolutionary War" de 1775-83, a guerra de independência norte-americana? Mesmo assim, ficaria faltando que o sr. Bilac, ao menos por gentileza, mencionasse o país ou países com os quais estivesse o Brasil em guerra. E onde seria o "front" dessa Guerra Conção, que ninguém viu, a não ser o presidente da UDN? Parece que depois das guerras de expulsão dos franceses e holandeses e da luta dos baianos contra o general Madeira nunca mais tivemos guerra revolucionária, guerra em defesa do direito, guerra contra dominadores estrangeiros, um tipo de guerra que os próprios tratadistas do mundo ocidental catalogam como guerra justa.

A guerra verdadeira (e não a guerra imaginária do bacharel Bilac) é um conflito armado entre nações. Segundo o conceito moderno, a guerra não é um fenômeno natural e necessário, mas um fato histórico, aparecido com o surgimento das sociedades divididas em classes. O estudo da política de classes (um dos muitos estudos que os charlatões do tipo do sr. Bilac evitam) permite a definição exata do caráter das guerras, classificadas com vários rótulos: civil, intestina, longa, áspere, feroz e cruel. Hitler lançou com o auxílio dos clássicos militaristas alemães, a guerra-relâmpago e acabou fulminado por um dos raios dessa guerra, que se tornara a mais áspere, feroz e cruel das guerras.

Só o extremo desprezo do presidente da UDN pela seriedade das coisas poderia levá-lo a insistir que se trava no Brasil uma guerra de qualquer tipo. A luta que nosso povo realiza contra as forças espoliativas estrangeiras e os grupos nacionais privilegiados tem todo até agora caráter pacífico. Os correligionários do sr. Bilac, fazendeiros de Governador Valadares, é que vivem a ameaçar briga contra a reforma agrária. O próprio sr. João Goulart anuncia a realização de demarques diplomáticas junto aos Estados Unidos numa tentativa de normalização de nossas relações com aquele país. Nada se pode adiantar sobre os resultados de tais demarques, que no entanto revelam a prática de uma política. Será que o sr. Bilac vê nessa tentativa a que se entrega o presidente da República nuvens de fumo e sangueira de guerra revolucionária?

Na história das guerras, algumas, ganharam nomes bonitos, como a Guerra das Rosas, entre ingleses. Houve a de Sete Anos, a de Sete Anos, a de Trinta Anos. As duas mundiais foram numeradas, a Primeira e a Segunda e provavelmente ficaremos na Segunda, à qual se seguiu a Guerra Fria. A do bacharel Bilac, presidente da UDN, é uma pobre guerra de nervos de que se servem golpistas em decadência, numa tentativa de impedir a realização das reformas de base.

Table with 2 columns: Name and Amount. Includes 'Ajuda a NOVOS NOVOS' and 'Amigos da Tijuca'.

DUAS GRANDES OBRAS DE JOHN REED

10 DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

O mais impressionante e fiel relato da Revolução Soviética... preço: Cr\$ 1.000,00

MÉXICO REBELDE

Faz-nos reviver, num estilo vibrante, fatos da Revolução Mexicana e homens como Pancho Villa e Francisco Madero... preço: Cr\$ 490,00

Adquirir essas obras pelo Reembolso Postal na LIVRARIA DAS BANDEIRAS Rua Riachuelo, 342, loja 2 SAO PAULO (Capital)

João Pinheiro Neto: SUPRA Está Afinada Com o Pensamento do Povo Brasileiro

Afirmando que "não considero invasores os campos de Governador Valadares", o sr. João Pinheiro Neto esclareceu na tarde do dia 17, durante uma entrevista coletiva à imprensa, alguns detalhes do decreto a ser assinado pelo presidente da República, discorrendo também sobre a onda de insultos que vem sofrendo a SUPRA, principalmente depois dos acontecimentos de Governador Valadares.

Referindo-se à situação reinante na cidade mineira, o superintendente da SUPRA asseverou que "os fazendeiros foram os invasores de fato, apropriando-se de terras contestadas entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, sendo que a maioria delas não possui sequer o título de propriedade das terras, tendo, por isto mesmo, a ação da SUPRA".

Declarou ainda o superintendente da SUPRA que os líderes camponeses lhe haviam pedido a desapropriação das fazendas pertencentes ao Frigorífico Anglo — 480 hectares virgens — e à grã-duquesa de Luxemburgo — 600 alqueires incultos —, e que a SUPRA já mandou realizar um estudo sobre a situação daquelas terras para tomar medidas efetivas. Por outro lado, o sr. Pinheiro Neto declarou que havia sido identificado, pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Governador Valadares, da existência de 10 mil camponeses registrados naquela entidade, em sua grande maioria, homens sem terras.

SUPRA E FORÇAS ARMADAS

Referindo-se ainda aos convênios que a SUPRA vem assinando com os ministros militares, o superintendente afirmou que "a participação das Forças Armadas no programa da SUPRA é de ordem técnica sem nenhum sentido político". Esclareceu que, na fase das desapropriações, depois que o Judiciário já tiver conce-



O dr. João Pinheiro Neto, superintendente da SUPRA, em Belo Horizonte, ao lado do dirigente sindical Sinval Bambirra.

15 horas, fez entrega ao Presidente João Goulart da minuta do decreto da SUPRA, que visa a declarar de interesse social, para efeito de desapropriação, todas as faixas de terras abandonadas, situadas nas

substancia o pensamento da SUPRA. Em suas linhas mestras, em nada difere das minutas anteriormente divulgadas.

Ao Presidente João Goulart cabe agora julgar da oportunidade de assinar o decreto e fazer divulgar seu texto definitivo.

Determinou-nos Sua Excelência, no entanto, que continuássemos nossa campanha de esclarecimento em torno da ideia reformista do Governo que objetiva criar melhores condições de vida para o povo brasileiro. Através da imprensa, rádio e televisão, no contato direto com o povo, nos sindicatos e na praça pública, estaremos levando a todo o Brasil a mensagem fecunda e generosa de uma reforma agrária justa, cristã e democrática.

O que se quer é criar novos proprietários, dando sentido social ao direito de propriedade no Brasil, ainda hoje, monopólio egoísta de menos de 3 milhões de brasileiros.

Assinado o decreto pelo sr. Presidente da República estaremos em condições de, no prazo máximo de 30 dias, escolher 3 ou 4 áreas por Estado, desapropriá-las e imediatamente iniciar o processo de aproveitamento dessas glebas abandonadas, e entregá-las a aos agricultores sem terra de todo o Brasil.

Bem sei que a campanha de calúnia, insultos e difamações, continuará cada vez mais intensa contra o Presidente da SUPRA. Nada disso me preocupa ou me atemoriza. Preocupa-me estar tranqüilo com minha consciência, certo do dever cumprido. Antes do decreto ser assinado pelo Presidente João Goulart, estou por Sua Excelência autorizado a debater o assunto, novamente, com os fazendeiros de Governador Valadares, com quem quer que demonstre o desejo de, democraticamente, inteirar-se dos princípios cristãos e bem brasileiros que norteiam a ação da SUPRA.

Assinado o decreto, as desapropriações, em número de 60 a 80, começarão em

todo o Brasil. Nada nos detém. Nem os abalxo-assinados de coronelato medieval, nem os insultos grosseiros dos medalhões carcomidos, pensionistas bem pagos dos favores antinacionais. Continuamos tranqüilos, serenos e firmes. Cargos para nós nada significam, a não ser pela oportunidade de servir ao Brasil.

Entristeço-me com o primarismo de certos falsos representantes do povo que da tribuna da Câmara insistem em pedir o fechamento da SUPRA. A SUPRA em si não tem grande importância e não seria difícil fechá-la. O que sustenta a SUPRA não é seu arcabouço burocrático precário ou os esforços incipientes de seu Presidente. A SUPRA hoje vale muito, e assiste a tantos maus brasileiros apenas porque está afinada com o pensamento de nosso povo sofrido, ajustada a seu inconformismo e a sua impaciência. E essa não há legislador que consiga sufocar. Perde tempo a numerosa bancada libadiana do Congresso. Acabar com a SUPRA ou denegrir seu Presidente não é acabar com o ideal de libertação do povo brasileiro. Esse é mais forte que a calúnia, a inveja ou a frustração de uma maioria parlamentar omissa, insensível, dissociada dos verdadeiros interesses do Brasil.

A cada novo insulto, responderemos com mais trabalho, com mais obstinação, com mais energia, com redobrado desejo de honrar a confiança do Presidente João Goulart, assegurando ao Governo colaboração honrada, digna e eficiente, à altura das exigências de nosso povo.

Repto: — Não tenho apêgo a cargos. Preocupa-me o bom ou mau uso que deles possa estar fazendo, no interesse de meu País, que tenho procurado servir, sem dele nunca pensar em servir-me."



IGREJAS NA RDA



A restauração da catedral milie...

quiteônicos de valor histórico e cultural. Nelas, o governo da RDA investe consideráveis recursos financeiros.

OURO RADIOATIVO

No reator atômico da Base Atômica Científica e Experimental de Sófia, entidade destinada sobretudo a objetivos de investigação científica, foi obtido há pouco ouro radioativo.

UMA VIDA MELHOR

Em Bucareste, foram entregues nos últimos quatro anos cerca de 50 mil apartamentos financiados pelo Estado.

GIANTE DO BOSQUE

Na fábrica de tratores de Altai (no Cazakstão) foi criado um novo trator, com grande capacidade de manobra e carga.

VIDRO POLONÊS

Uma enorme fábrica de vidro está surgindo no distrito de Vistula na cidade de Sandomierz, a cerca de 150 quilômetros a noroeste de Cracóvia.

DOIS TERÇOS SÃO URBANOS

O impetuoso desenvolvimento industrial da Hungria traz, como uma de suas consequências sociais, a constante redução do número de trabalhadores do campo e o correlato aumento da população industrial.

Prestes em Moscou: Completa Unidade Entre os Comunistas Brasileiros e Soviéticos

Em sua edição de 9 de fevereiro, a "Pravda" publicou uma entrevista concedida por Luis Carlos Prestes aos correspondentes da TASS, Bernseniev e Romanov.

tarismo, o dogmatismo e o desvio de esquerda. Depuramos de nossas fileiras os elementos fracionistas."

Unidade de Pontos de Vista

Continuando, declarou Prestes:

Os pontos de vista dos comunistas brasileiros acerca dos problemas da guerra e da paz, da coexistência pacífica, do caminho pacífico e não-pacífico de desenvolvimento da revolução e outras importantes questões de atualidade, coincidem por completo com as teses das Declarações das Conferências de representantes dos partidos comunistas e operários, de 1957 e 1960.

Referindo-se ao encontro com Nikita Kruschov, acrescentou Prestes que a gran-

de experiência do PCUS ajuda os partidos irmãos a melhor se orientarem na situação internacional e compreenderem profundamente o desenvolvimento, sujeito a leis, do desenvolvimento do socialismo. Todo encontro com os dirigentes do Partido Comunista da União Soviética dá sempre resultados fecundos aos comunistas brasileiros.

Tarefas Fundamentais

"As tarefas fundamentais do movimento nacional-libertador e operário — disse Luis Carlos Prestes — consistem em acabar com o predomínio dos monopólios norte-americanos, realizar a reforma agrária, liquidar o latifúndio, lutar pelas liberdades e direitos democráticos e pela elevação do nível de vida do povo. As amplas massas da América Latina — ressaltou Prestes — vêm no exemplo da revolução cubana que uma das condições

de passagem ao socialismo é a liquidação dos monopólios imperialistas e dos latifúndios feudais.

"Em todos os países latino-americanos — prosseguiu Prestes — desenvolve-se a revolução anti-imperialista e anti-feudal. A tática dos partidos comunistas varia na dependência das condições concretas de cada país. Manifestamos-nos pelo desenvolvimento pacífico da revolução no Brasil. Estamos unidos e coesos, como nunca. A justificação da nossa linha é comprovada pela própria vida, pelas grandes vitórias alcançadas na unificação das forças patrióticas, na incorporação de amplas massas populares no movimento revolucionário. O movimento popular no País é hoje tão forte que a reação não conta com forças para deter o avanço democrático. Uma tentativa das forças reacionárias de levar à prática um golpe de Estado conduziria à guerra civil, cujo desfecho seria apenas um: a vitória do povo.

TSHECOSLOVAQUIA E ALEMANHA

Após a sua visita à União Soviética, Luis Carlos Prestes esteve alguns dias na Tchecoslováquia e, em seguida, na República Democrática Alemã.

Na Tchecoslováquia, Prestes manteve um cordial encontro com o primeiro secretário do Comitê Central do PCT, Antonin Novotny, durante o qual foram debatidos problemas de interesse do movimento comunista internacional e da presente situação mundial. A troca de opiniões entre os dois dirigentes comunistas refletiu absoluta identidade de pontos de vista sobre os problemas em discussão. Tomou parte na entrevista o secretário do CC do Partido Comunista da Tchecoslováquia, Vladimir Koucky.



CRIME PERPETUO?



Mas cada vez mais com-fino e mais Ruby. O melhor, e que está amarrado ao na "investigações" sobre o assassinato de Kennedy.

"crises de ira", o que justificaria seu ato, assassinando o suposto assassino do presidente Kennedy. Essas pequiatrias são apresentadas como figuras de relevo na neurologia lanque. Mas os que conheciam Ruby, dizem que se tratava de um homem frio, capaz de cometer um crime com um sorriso nos lábios e ir depois divertir-se num de seus cabarés. De todas essas figuras, uma se mantém com firmeza na defesa de seu filho: a mãe de Lee Oswald. Mas a senhora acaba de afirmar que ainda fará outras declarações em defesa de Lee. E o mundo espera que o problema fique claro. O que está cada vez mais difícil.

O COMEÇO DO FIM

As coisas não andam boas para os norte-americanos no Vietnã do Sul. Um bomba explodindo em Saigon e a "vitória total" contra os "comunistas" parece que não virá tão cedo. Um elemento interessante para se julgar da situação local são as deserções diárias de soldados de Saigon, que se passam para as forças de libertação. Num só dia, neste mês de fevereiro, passaram-se para as forças patrióticas, cento e sete soldados de um batalhão do Exército do Vietnã do Sul. Informações partidas de Saigon — e no caso, portanto, insuspeitas — dizem que, nos últimos três anos, passaram-se para o lado dos patriotas nada menos de noventa e um mil soldados do exército de Saigon. Foi assim que Chiang Kai-shek começou a ser jogado no mar.

RACISMO EM BONN

Proseguem as demonstrações racistas na Alemanha ocidental. Agora, na Universidade Técnica de Berlim-Oeste, ocorreu uma impressionante caso de discriminação racial. O estudante negro Robert Toussaint, do Haiti, foi eleito pelos seus colegas como membro da Comissão de Matrículas da Faculdade de Medicina. Mas teve que abandonar o cargo, pressionado por alguns professores. Apesar dos protestos dos estudantes, particularmente da representação eleita, foi mantido o afastamento. É interessante assinalar o que disseram o decano da Faculdade (antigo reitor da Universidade) e outros dois professores, entrando perigosamente no terreno da estética: "a eleição de um estudante de cor demonstra muito mau gosto".

E NOS ESTADOS UNIDOS

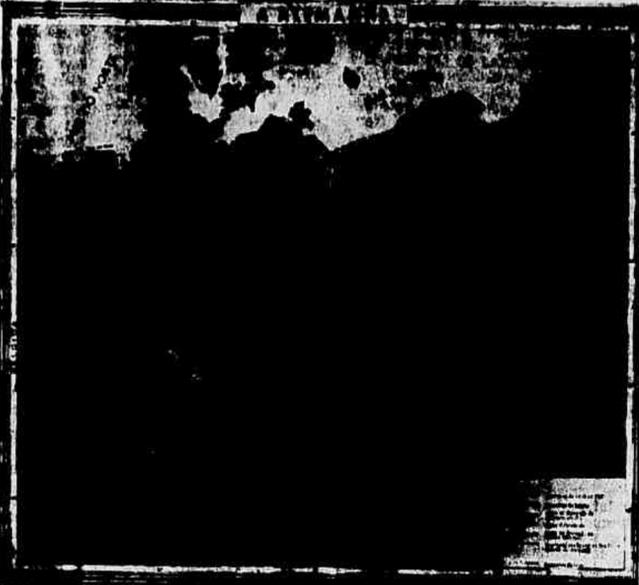
A última semana foi marcada nos EUA por demonstrações racistas e anti-racistas. Duas bombas foram lançadas em Ohio (Warren) na casa de um líder negro, não havendo felizmente danos pessoais. Na Geórgia (Atlanta), centenas de manifestantes negros, na sua maioria médicos e dentistas, desfilaram pelas ruas da cidade, protestando contra a segregação racial. Um deles, o dr. Roy Bell, afirmou que não é verdade que os negros pertencentes às profissões liberais estejam afastados da luta integracionista. Acrescentou ele: "Nós, médicos, somos negros e sofremos a mesma discriminação que se exerce contra o mais humilde varredor". Até mesmo em Nova Iorque, o clamor dos negros pela igualdade foi ouvido há dias. Alunos negros das escolas secundárias manifestaram-se pela integração, exigindo melhores oportunidades para estudar, o que lhes é assegurado apenas teoricamente. O mundo livre continua a nos mimosear com edificantes exemplos.

PREÇO DE UMA VIDA

No Canadá, os tribunais acabam de tomar uma impressionante decisão. Vinte proprietários agrícolas foram processados pelo assassinato de três lenhadores, que estavam em greve. Somente três foram condenados. Mas não a penas de prisão, como pode pensar o leitor desavisado. A 100 dólares de multa... pelo porte de armas proibidas. Os outros dezesseis foram absolvidos. Enquanto isto, os 150 lenhadores que estavam em greve e sobre os quais os proprietários dispararam, de emboscada, foram condenados — cada um — a 200 dólares de multa, por "reunião ilícita". A imprensa sindical canadense lembra que se se mata em Ontário um veado, fora da temporada de caça, o caçador é multado em 500 dólares. A vida de um lenhador vale menos, que a de um veado, naquela grande democracia ao norte dos "States". Em tempo: a própria polícia reconheceu que os lenhadores em greve estavam desarmados.

TODOS SÃO IGUAIS

A quinta parte da população norte-americana (a que está no chamado vértice da escala social) obtém 50% da renda nacional. Uma outra quinta parte recebe um quarto dessa renda. As três quintas partes restantes da população têm que contentar-se com o quarto da renda restante. O grupo de famílias com rendas inferiores a 3.000 dólares, que hoje é de 21%, chegava em 1929 a 51% e, segundo cálculos, chegará em 1980 a apenas 12%. Isto tomando o valor real do dólar em 1962. Os trabalhadores negros percebem atualmente 35% dos salários dos brancos, quando em 1950 recebiam 61%. Outros dados mostram o mito da distribuição da riqueza nos EUA: cerca de 20% das ações estão nas mãos de 0,1% dos contribuintes, cuja renda atinge 100 mil dólares ou mais. Os do grupo de mais de 25 mil dólares, possuem 48% das ações.



Mapa Revanchista

O mapa acima foi publicado como ilustração do suplemento que acompanhou a nossa última edição (Mensagem de Nikita Kruschov aos estadistas e chefes de governo de todo o mundo). Alguns leitores nos sollicitam esclarecimentos sobre a origem desta Carta e o porquê de ela incluir como territórios alemães zonas que — de fato e de direito — pertencem à Polónia, Tchecoslováquia e União Soviética.

de um clima de tensão e ameaça de guerra na Europa Central, e fruto do revanchismo que domina aquele governo e os generais da nova "Wehrmacht". Inclui ele, por exemplo, como regiões alemãs (sic), a Polónia, a Sibéria e a Prússia Oriental, zonas que se situam por trás da verdadeira linha fronteira polono-alemã, a linha Oder-Neisse, reconhecida pelos governos da União Soviética, Estados Unidos e Inglaterra nas conferências de Potsdam e Ialta. Aliás, no que se refere à linha Oder-Neisse, o próprio Pontífice João XXIII, em 1962, ao receber uma delegação de prelados poloneses que foram ao Vaticano assistir à primeira reunião do Concílio, declarou claramente reconhecer os direitos poloneses sobre as citadas regiões. Este fato, na ocasião, provocou energias protestos do belicista e neo-nazista Adenauer.

Entretanto, como bem disse Kruschov na mensagem aos chefes de Estado do mundo, e em outras oportunidades, essas fronteiras são intocáveis e os revanchistas alemães receberão uma dura lição se um dia, tentarem modificá-las.

Este mapa é divulgado pelo governo da República Federal Alemã e utilizado nesse país como mapa oficial da Alemanha. É fruto, naturalmente, da política que vem sendo conduzida pelo governo de Bonn, política voltada para a criação

CANHE 30% DE COMISSOES... Edital Vitoria Ltda.

A VERDADE AO ALCANCE DE TODOS COLEÇÃO "REPORTAGEM" Do Centro Popular de Cultura da U.N.E. 1 - Como o Brasil Ajuda os E.U.A. - De Arnaldo Ramos 2 - A Terceira Guerra - De Lúcio Machado 3 - Em Agosto, Getúlio Ficou Só - De Almir Matos 4 - Inflação, Arma dos Ricos - De Fausto Cupertino Preço por exemplar: Cr\$ 400,00 Pedidos pelo reembolso postal à EDITORA ALIANÇA DO BRASIL LTDA. Rua Leandro Martins, 74 - 1.º andar Rio de Janeiro - Gb

THE WORKER

THE WORKER, órgão dos comunistas norte-americanos, comemorará seu quadragésimo aniversário no próximo dia 5 de março.

Desde 1924, vem sendo o porta-voz do Partido Comunista e dos setores progressistas dos EUA na campanha pela integração racial e no movimento contra a situação de miséria e submissão em que o imperialismo norte-americano mantém milhões de seres humanos. Batalhando no próprio território da principal potência imperialista de nossos dias, sempre esteve na vanguarda da luta dos povos pela paz, a fraternidade, o progresso e o socialismo.

Por isso mesmo, seus dirigentes e colaboradores têm sido alvo de toda a sorte de represálias. Os veteranos James E. Jackson (diretor) e Joseph Brandt (gerente) por diversas vezes foram perseguidos e aprisionados. Mas é o que dá à luta a sua glória, e a esses qua-

renta anos o seu verdadeiro significado.

Uma série de comícios públicos em numerosas cidades norte-americanas, durante os meses de fevereiro e março, marcará a passagem do quadragésimo aniversário de THE WORKER. A alegria dos comunistas e do povo norte-americanos por essa data festiva desejamos que se some o contentamento dos colaboradores de NOVOS RUMOS e de todos os comunistas brasileiros.

LIVROS SOVIÉTICOS

Sobre economia, política, filosofia, ciência, técnica, educação, história, medicina, direito, manuais de estudo do russo e dicionários, etc. em espanhol, inglês e francês. O mais completo estoque existente no Brasil. Solicite catálogo à:

Agência Intercâmbio Cultural - Rua 15 de Novembro, 228 - 2.º - 2/209 - São Paulo.

TEORIA E PRÁTICA - espírito do trabalho

"O que é a mais-valia?" (Pergunta da leitora Alice Soares, de S. Casiano do Sul, S. Paulo)

Desde que, há 8 ou 10 mil anos atrás, o desenvolvimento da produção e as sucessivas divisões sociais do trabalho levaram à multiplicação da troca de produtos e ao surgimento da propriedade privada, das classes e do Estado, uma minoria de privilegiados, donos da terra e demais meios de produção, passou a pôr a seu serviço as energias e a capacidade produtiva da imensa maioria da sociedade. A sociedade dividiu-se em pobres e ricos, à base da exploração do homem pelo homem.

E verdade que o escravo tinha teto, alimento e vestuário garantidos. Essas conquistas mínimas custavam, porém, muito pouco aos senhores: situavam-se dentro de um nível reduzidíssimo de necessidades materiais e culturais — e, em boa medida, no quadro geral das necessidades de manutenção dos instrumentos e dos animais de labor. Além disso, eram amplamente compensadas, em sua fase inicial, pelo novo nível alcançado pelas forças produtivas: a força de trabalho humana passava a produzir, já então, muito mais do que sua própria manutenção exigia — isto é, mais do que o produto necessário à sobrevivência do próprio trabalhador. O restante do labor fornecido — a que se costuma chamar o produto suplementar ou sobreproduto — passava, assim, às mãos das classes possuidoras. Esse produto suplementar tornava possível, a partir desse momento, que determinados grupos sociais, apoiados na propriedade privada dos meios de produção, passassem a viver do trabalho de outros grupos e de outras classes.

Assim se explicam os lazes e o fausto dos senhores de escravos, até há dois mil anos atrás; e, já em condições diferentes — mas sempre à base do produto suplementar fornecido pelo servo da gleba, através da renda da terra — a opulência e os privilégios da nobreza, do alto clero e dos grandes senhores de terras, no período feudal (e ainda hoje).

A mais-valia situa-se, dentro do ciclo das sociedades divididas em classes exploradoras e classes exploradas, no quadro geral desse sobreproduto extorquido às massas trabalhadoras. E já, porém, o fruto de condições históricas novas, marcadas pela propriedade privada capitalista sobre os meios de produção, pelo caráter cada vez mais social do trabalho e pelo sentido universal de que passa a revestir-se a troca de mercadorias; em particular, pela existência de imensas levas de trabalhadores despossuídos e "livres" de meios de produ-

ção próprios — e obrigados, assim, a vender sua força de trabalho como uma simples mercadoria. O preço dessa mercadoria nova e original é o salário, através do qual o operário e sua família recebem o valor equivalente a um mínimo de suas necessidades vitais. Com apoio na máquina, à base da ciência e da técnica, o sobreproduto fornecido passa a nível cada vez mais alto e agrava infinitamente a desproporção entre seu volume e o do produto necessário à sobrevivência de cada trabalhador. Assim se explicam o impeto e o ritmo de criação e multiplicação de capitais, — e, ao mesmo tempo, o aprofundamento da distância entre os polos da riqueza e da miséria, dos contrastes sociais e dos antagonismos de classe.

Como classe exploradora, a burguesia tem, assim, na caça e na ampliação da mais-valia, sua razão de ser e sua lei. A condição para isso é a multiplicação dos efetivos e da produtividade da força de trabalho assalariada. Eis porque uma parte substancial do sobreproduto extorquido aos operários é acumulada e reinvestida sucessivamente, no processo de uma produção renovada e ampliada em níveis sempre mais altos, segundo as exigências crescentes do mercado nacional e mundial. Assim a mais-valia — fruto do trabalho dos operários — serve de base e fonte à multiplicação dos efetivos, das taxas e dos níveis de exploração das próprias massas proletárias, exploradas.

Dá, a definição de mais-valia: é o valor criado pelo trabalho do operário assalariado, acima do valor correspondente à sua força de trabalho, expressa no salário. É o fruto do trabalho do operário, que o capitalista recebe e não paga, um valor de mais-valia. É um valor que os capitalistas roubam aos operários, diariamente e em massa, sob formas diversas e em escala crescente.

És porque, ao descobrirem e definirem a mais-valia como a essência do regime e da exploração capitalista, Marx e Engels trouxeram ao proletariado moderno a consciência clara da justiça e do caráter inalienável de sua luta de classe contra seus exploradores; e fiseram de sua doutrina econômica uma arma científica de conhecimento e transformação da realidade e uma força moral e material invencível a serviço das massas trabalhadoras e do progresso social.

Afonso Schmidt, Intelectual de Todos os Anos

TEMPOS TEMPOS — pode ser visto

J. Câmara Ferreira

«Daria tudo para atingir a última simplicidade, de modo a exprimir coisas pensadas em palavras vividas; enxaguar a prosa até poder falar ao ouvido com a fluência do fio mercetizado que escorre nos teatros».

A frase de Afonso Schmidt com que abrimos estas notas dá um retrato de corpo inteiro do homem eleito pelos sócios da União Brasileira de Escritores, o «Intelectual do Ano» de 1963. A batalha eleitoral desenvolveu-se por várias semanas, mas não se pode dizer que a disputa tenha sido muito feroz. Votos de escritores de todo o país e de todas as tendências conflagraram o servidor permanentemente da causa das letras. E assim o troféu «Juca Pato», que no ano passado foi ter às mãos de Santiago Dantas, passou para as de Schmidt em ce-

rimónia realizada no auditório das «Fólias». Cerimónia que foi uma demonstração impressionante do carinho de que é cercado o grande escritor, não apenas pelos intelectuais, mas por todos aqueles a quem dedicou sua atividade nestes quase 40 anos — os trabalhadores, os estudantes, os homens do povo. 1963 não marcou nada de essencialmente diferente na vida de Afonso Schmidt. Publicou mais alguns livros — «O Enigma de João Ramalho», «O Canudo» — preparou novas edições de livros antigos, «Desunhou», nas suas queridas tiras de

pepel, muitos artigos. Reviu livros. E continuou observando o mundo, acompanhando as lutas dos povos, registando-se com as provas cada vez mais evidentes de que o AMANHA desde os mais verdes anos já é HOJE. Por isso mesmo, de Schmidt se pode dizer que é o intelectual de todos os anos.

Influência Popular

Afonso Schmidt nasceu a 29 de Junho de 1890 em Curitiba, precisamente no local onde, hoje se ergue a Refinaria Presidente Bernardes. Desde seus primeiros anos sofreu a influência dos homens de mãos calçadas, tanto nas terras de seus avós quanto, depois, no bairro do Brás, para onde os pais o trouxeram a fim de continuar o curso primário. Aluno do Grupo Escolar Oriente, na rua Almirante Barroso, travou muito cedo contacto com os sofrimentos, as necessidades e as lutas dos trabalhadores da Capital, que então se concentravam nessa parte da cidade. E não tinha completado ainda quinze anos quando conheceu Orestes Ristori, um dos mais combativos líderes operários de então.

Poeta de grande sensibilidade, Schmidt fez-se logo jornalista do povo, indo trabalhar em «A Lanterna», ao lado de Benjamin Motta e tantos outros. Depois, trabalhou em «A Plebe», o órgão anarquista, e em inúmeros outros jornais operários de vida mais ou menos efêmera. Foi o período, que se iria prolongar pelos anos afora, das noites mal dormidas nas redações, nos comícios, das conferências, das prisões, de toda sua inteligência a serviço da causa da justiça, da luta contra a exploração e a opressão.

A Revolução Russa

1917 é a ano da revolução socialista e também o da famosa greve geral de São Paulo. A implantação de um governo operário numa grande nação acende as esperanças do proletariado no mundo inteiro. Schmidt canta a numa «Ode aos Russos». Ao mesmo tempo, a experiência soviética contribui para esclarecer e orientar o movimento operário brasileiro, arrastando seus melhores quadros para o socialismo científico. Com Astrojildo Pereira, Schmidt faz «A Voz do Povo» em 1918, 19 e 20, no Rio de Janeiro. Na «Carta de um comunista brasileiro à Liga Nacionalista e à Mocidade das Fcois» denuncia o fato de as riquezas brasileiras se encontrarem nas mãos de capitalistas estrangeiros, que canalizam rio de ouro para seus respectivos países e influem de maneira desavergonhada na política

interna e na administração do país. Divulga no Brasil o manifesto do grupo francês Clarté assinado entre outros por Anatole France, Henri Barbusse, Charles Gide, Vaillant Couturier, em que se propõe a formação de uma «Internacional do Pensamento», capaz de lutar, ao lado da Internacional Operária, contra as grandes injustiças e por um mundo melhor. E com outros prepara e divulga o manifesto de apresentação do «Grupo Comunista Brasileiro Zumbi».

30 e 32

Os anos de 22, 24 e 30 encontram Schmidt dando o melhor de seus esforços para apoiar o movimento que se desenvolveu na Coluna Prestes. Depois, desmascarou o chamado movimento constitucionalista de 1932 com qual a plutocracia paulista explorou os generosos sentimentos da mocidade, numa tentativa de impor a todo o país o prenúncio de seus interesses egoísticos. Essa fase da vida política de São Paulo está retratada, de maneira interessantíssima, em «A Locomotiva».

Participante ativo da luta contra o Integralismo, Schmidt contribuiu para a formação da Aliança Nacional Libertadora e é o autor de seu hino — «Aliança, Aliança / Contra o Vintem ou contra mil / Mostremos, nossa pujança / Libertemos o Brasil!» — e também do Hino Nacional do Brasileiro Pobre.

Fiel ao Povo

As dificuldades de vida, com que sempre se viu a braços, jamais levaram Schmidt a fazer qualquer concessão. Nunca se afastou da linha de fidelidade aos trabalhadores e ao povo que se traçou desde muito cedo. Nem nunca se deixou enredar em confusões políticas. Ainda quando divergindo de um ou outro aspecto da orientação da vanguarda, sabe perfeitamente que a luta exige unidade. E a serviço desta unidade e do fortalecimento do exército político da classe operária é que sempre colocou sua pena e sua palavra.

Nos seus quase 74 anos, depois de dominar há pouco grave crise cardíaca, Schmidt continua dividindo seus dias, na modestíssima casa do alto do Imirim, entre os carinhos de Rosana, sua última filha (seis anos), as atenções da companheira, Maria José, (que faz tudo para que ele fume e trabalhe menos), as leituras prediletas e a preparação de novas edições de seus livros. E também vai escrevendo artigos

que lhes pedem as centenas, vai escrevendo novos livros sobre fatos recentes e antigos. Que a vida não pára e grande a sede de seus leitores, não apicada por mais de um milhão de exemplares de volumes diversos. Que a vida não pára e os fatos de hoje reclamam a musa do poeta tão terno e tão lírico de 50 anos atrás. Que a vida não pára e se a causa da Justiça, a causa da Humanidade já conquistou muitas vitórias neste século XX, há ainda bastante o que fazer para liquidar de uma

vez para sempre e em todo o mundo com as injustiças, com as guerras, com a exploração do homem pelo homem. E é por isso que, de volta de uma conversa com Afonso Schmidt, parece ressoar ainda em nossos ouvidos o apelo vibrante por ele lançado, 44 anos atrás, aos poetas, aos produtores, aos artistas de todo o Brasil: «Formemos esquadras! Vibremos nossas clarins! O comunismo bat, as portas! Abramolas!»

Maurício Pode Vaga em Asilo

O velho professor Maurício de Medeiros, psicólogo aporantado e venerável acadêmico, anda impressionado com a força crescente dos comunistas no Brasil. Como está muito velho, entretanto, os médicos se lhe permitem que ele leia um jornal por dia e o prof. Maurício de Medeiros se lê naturalmente o jornal de que é colaborador, isto é, o Globo. Por isso, está sempre mal informado. Em sua crônica de 29-1-64, por exemplo, o prof. Maurício de Medeiros atribui a Prestes uma frase que não disse na de que «já temos o governo, só nos falta o poder» e ainda por cima se confunde e inverte os termos da frase da imprensa, reproduzindo-a como «já temos o poder, só nos falta o governo». Para o professor Maurício de Medeiros, aliás, são comunistas o general Assis Brasil, o Chefe da Casa Civil Darci Ribeiro e o diretor da SUDENE Geisno Furtado, e, por força desta propensão para identificar com tanta ligeireza o comunismo nos outros, é natural que o velho professor veja comunistas em toda parte e não e para outra coisa que o Globo lhe abre espaço nas suas páginas.

Sobre o sr. Celso Furtado, em especial, detém-se as considerações do provento acadêmico. No princípio da acurata passada, como vocês devem estar lembrados, realizou-se o encerramento do congresso da CEPAL (Comissão Econômica da América Latina — órgão da ONU) e o sr. Celso Furtado discursou em nome da delegação brasileira. Na mesma ocasião, estava aqui realizado em Brasília o encerramento do congresso dos trabalhadores (CUTAL) transferido de título horizontal para Brasília sob a acusação de ser um «conclave comunista» — acusação largamente difundida pelo jornal O Globo. «A sua missão de denunciar a infiltração comunista no governo — e com a atenção afluída pelo peso dos anos — o caquético professor Maurício de Medeiros, foi levado a confundir as duas coisas, CEPAL e CUTAL, chegando à conclusão de que o sr. Celso Furtado «compareceu ao recente congresso comunista latino-americano realizado em Brasília e ali fez, em nome do Brasil, o discurso de encerramento do conclave».

A família do professor Maurício de Medeiros deve tomar providências, deve procurar impedir de dar estas vexames públicos que a idade acarreta e o reacionarismo senil provoca. Ele já está na fase da confusão de «Manoel Germano» com «genero humano»; já é capaz de confundir dona Carolina de Sá Leitão com cacarolinha de assar litão. E não é impossível até que ele confunda um Capitão de Praga com um café de gruvata...

Daniilo Pode Intervenção?

No mais, temos a conferência do general Daniilo Nunes, ex-chefe da Ordem Política e Social, que vem de uma visita àquela ilha da China ocupada pelo grupo de Chiang Kai-shek e garantida pelo exército norte-americano contra a inevitável reincorporação ao território chinês. Para o general Daniilo Nunes, a reforma agrária ideal para o Brasil seria uma reforma agrária do tipo da que se realizou em Taiwan. Como devemos entender a afirmação? Que a melhor reforma agrária para o Brasil seria a que se realizasse sob intervenção militar norte-americana?

Rossini Pode «Habeas Corpus»

Em Recife, o advogado Rossini Lira impetrou «habeas corpus» preventivo, sob a alegação de que está na iminência de ser preso, por exercer o seu direito constitucional de manifestar em praça pública o seu desagrado quanto ao governo Araújo. Vocês podem pensar que o advogado pernambucano está confuso, está pensando que está em São Paulo ou na Guanabara, onde os governadores não possuem a vocação democrática de Miguel Araújo. Mas a explicação do «habeas corpus» parece ser outra. Disse que o moço anda se sentindo ameaçado de prisão não por ser adversário do governo, mas porque pretende brincar e cantar cantando a marchinha «Eu vou beber para arrastar um homem por aí».

Schmidt Pode fé de Mais

«Na raiz da atual crise brasileira, está a desconfiança, a falta de fé» — escreve o médio proprietário dos mercados Disco, sr. Augusto Frederico Schmidt (O Globo, 1/2/64). Para o Schmidt, portanto, a questão é uma questão de fé: fé de mais ou fé de menos. O importante é feder.

Manifesto de Lançamento do Grupo Zumbi

O «Manifesto de Lançamento do Grupo «Zumbi», cujo texto transcrevemos abaixo, preparado por Schmidt e outros, foi divulgado em 1918-1919, sendo, depois, republicado em folheto no ano de 1920, no Rio!

Grupo Comunista Brasileiro «Zumbi»

Tendes amor à terra em que nasceste? Desejais que ela venha a fulgurar ao lado das outras pátrias na aurora que começa a despontar para a Humanidade? Desejais um Brasil grandioso, sem amos e sem escravos?

De se a terra contribuir com o vosso apoio moral para combater os males que nos infelicitam, que nos degradam, como o analfabetismo, a política, o alcoolismo, a prostituição e o desfilamento das energias juvenis? Credes como nós que no Brasil, como no mundo, nem tudo está perdido? Credes num futuro mais belo? Numa vida digna de ser vivida?

Alistai-vos imediatamente como sócio do Grupo Comunista Brasileiro «Zumbi». Este é o nome do admirável Spartacus negro da História, que reuniu em torno de si um grupo de escravos rebeldes e formou a República dos Palmares.

Seu nome será a bandeira dos que se rebelam contra o jugo do sindicato político, clerical e industrial em cujas gar-

ras o nosso amado Brasil se debate.

Dentro em pouco filiá-lo-eis ao «Grupo Clartes», de Paris. E os brasileiros poderão colaborar com os intelectuais de todo o mundo no advento da República Universal, «fora da qual não há salvação para os povos».

Contra a ditadura republicana, contra o predomínio da burguesia sobre as outras classes, contra o culto das incompetências, contra a exploração organizada, contra a mentira oficial.

Pelo homem livre sobre a terra livre, pela emancipação da mulher, pelo culto à criança, que é o homem de amanhã, pela abolição dos privilégios de classe, pela ordem proveniente de um mútuo acordo entre os homens, pela República Universal onde todos trabalhem e onde todos tenham direito à vida.

Desejamos sócios correspondentes em todo o Brasil. Já se estão organizando núcleos em todas as cidades da República. NUCLEO ORGANIZADOR — Caixa Postal 1936 — Rio.



Afonso Schmidt

Ari Barroso, Voz do Povo

Aristides de Oliveira

A morte de Ari Barroso emudeceu uma das vozes mais autênticas por que se exprime o povo brasileiro. Não há, dentro do Brasil inteligente e sensível, quem não se sinta amputado de um pouco de si pela morte de Ari Barroso. Nêle — e por ele — todos nos exprimamos. Há uma quota de cada brasileiro na música de Ari Barroso. E aí está um dos fatores de sua grandeza de artista: a capacidade de captar e exprimir uma brasilidade geral, de que todos — e cada um — participam. O substituívamos. É hábito necrológico dizer que a morte de fulano «foi uma perda». Da morte de Ari Barroso também se deve dizer que foi uma perda — mas não é o hábito necrológico que dá essa expressão: é a verdade do fato. A morte de Ari foi uma perda: uma diminuição, que agride por evidenciar que há alguém de menos.

Ari Barroso morto, rápido e de repente ressaltava diante de nossos olhos o valor de sua obra — a percepção do valor de sua obra. Súbita a morte chama a realidade — a obra de Ari assume o repente contór, no de enorme patrimônio. Patrimônio até hoje inavaliado, nem inventariado, em parte até esquecido pelo mecanismo viciado que transcorre, no Brasil, o usufruto e adia a compreensão exata de uma obra. Referir a música de Ari é perceber brotar um sentimento interior de orgulho, meio informado ainda — orgulho de ser «um de nós» um compositor tão grande, tão expressivo, tão construtivo, causa e expressão do que de mais autêntico a fer-

vedura cultural do povo brasileiro tem engendrado na música. Ari começou com o começo do auto-afirmação musical do Brasil — e ajudou o Brasil a escalar os graus sucessivos de um caminho evolutivo crescente em profundidade. Vivo, Ari fragmentava, por efeito de presença, a percepção de sua obra. Personalidade que emulava em brilhantismo com a própria produção, dotado de qualidades surpreendedoras — era um irreverente subverteu as normas de atuação de locutor de rádio na narração de jogos de futebol — Ari obrigava a dividir-se a atenção geral entre ele e o que ele fazia, entre o homem e a obra. Resultado: enxergou-se apenas parcialmente o homem — e da obra não se formulou uma compreensão total. Fato antigo, adia-se para depois da morte o julgamento, e a avaliação de que era e de quem era Ari Barroso.

A música de Ari Barroso emanou do povo. O povo era a fonte; Ari, o captador da música. Existe também em escala coletiva o impulso de exprimir os sentimentos — de alegria, de saudade, de tristeza, de dor, de prazer, esperança e desespero — que nos indivíduos provoca o distraído assobiar, o assobio laralá tão frequente; e a música de Ari Barroso corresponde a e traduz esse impulso, impulsiona para a expressão do povo. Há na música de Ari esse quantum de romântico e até melodramático («Risqué», samba-canção famoso, é um exemplo) inerente às sublimações sentimentais, mais puramente populares. Ari Barroso morreu no momento exato em que uma

escola de samba introduzia no desfile das escolas várias uma «Aquarela Brasileira»; Ari, mestre de samba, morreu quando uma escola de samba se apresentava na rua com uma referência-homenagem a uma das criações magistrais que ele adicionara ao acervo musical brasileiro. Eis que a coincidência dos fatos se punha a serviço da expressão de uma verdade: a morte de Ari coincidiu com a ratificação pelo povo da vida perene de sua obra.

A música de Ari Barroso tem a popularidade dos adágios; dos adágios sabrosos, de que não se sabe o autor. Incorporou-se ao patrimônio do povo pelo processo de disseminação das piadas — espalhou-se impessoal, indiferente ao seu autor. Um samba de Ari era um samba, desnecessitado de adjetivos — que de certo modo a autoria adjetiva, uma obra. Uma marcha, uma marcha; um samba-canção, um samba-canção, todo simplesmente. Em um grupo reunido para intercambiar lembranças de música, um diz: «Olha que samba bonito», e solta Ari, sem saber talvez o nome do autor. A maioria das pessoas que se imobiliza para ouvir «Risqué» não sabe quem o compôs. E há quem atribua a Calmi a «Baixa do Sapateiro», talvez por causa da balandade da música.

Grande poder de emocionar — próprio da música — da música — tinha a música de Ari. Quando se vai passando na rua e a casa de discos põe vitrola, por mero interesse de mercancia, uma música de Ari — o passante despressa o passo, ou para, a fim de escutar, e sente-se invadido por um hausto de vida. De amor à vida, até patriota quer ser,

até velezidades de dançador de samba lhe afloram...

Há um Brasil à margem, aliás, justaposto ao Brasil oficial; é o Brasil onde a catira e a toada de viola constituem ainda os meios únicos de expressão musical de milhões de pessoas — o Brasil latifundiário; e só nesse Brasil se pode imaginar a existência de pessoas que não tenham imprimidas, por incisões indeléveis, na consciência e na sensibilidade, a música de Ari. Há versos que, citados, lembram passados momentos de beleza, fugazes pela primeira vez os ouvimos e compreendemos; há sambas e marchas de Ari, que não se sabia serem de Ari, que produzem saudade deles, e delas. «Mas então «Quequerê» também é de Ari? Muita gente só conhece como de autoria de Ari o mais famoso de sua obra, as músicas que são elas mesmas uma espécie de rótulo, de título geral de sua obra: a «Aquarela», a «Baixa do Sapateiro». Escondidas debaixo dessas obras-primas, há, menores em publicidade, outras equívocas obras-primas. O rol das composições de Ari produz uma reação: «Mas então tudo isso é de Ari? Reação de quem se lembra de ter lido a sensibilidade, eventualmente dormida, tocada e despertada — como quando se vai andando distraído na rua — pelos acordes da música de Ari.

Personalidade rica, Ari Barroso foi outras coisas além de compositor. A fama de locutor esportivo antecedeu, para os moços de hoje, o prestígio do musicista. E o descobridor de talentos do «Calouros em Desfile», que desfazia velezidades artísticas com o gongo que lhe distinguiu o seu pro-

grama, teve também uma individualidade própria, de grande fama, principalmente, talvez, no vasto interior brasileiro.

Como narrador, no rádio, de jogos de futebol, Ari formou ou uma fama que abrangia o Brasil inteiro. A sua galta, que usava estridente para sublinhar os gols, rendeu-lhe, entre os filamentos, um nicho — o nicho que companheiros em afecção reservam a companheiro mais importante, famoso, cheio de prestígio; e entre os torcedores de outros clubes, os vacacionos por exemplo, rendeu-lhe a execração, a condenação à imparcialidade com que Ari Barroso não descrevia os jogos...



edições ZUMBI

Lançamento de Bagrinhos e Tubarões

Sábado último, dia 15, um acontecimento inédito ocorreu em Santos: o lançamento de um livro escrito por um operário, na sede do Sindicato dos Estivadores. O Sindicato estava repleto não só por centenas de associados, mas também por um numeroso grupo de intelectuais da capital paulista, vindos especialmente a Santos para essa tarde de autógrafos.

O livro é Bagrinhos e Tubarões, e seu autor é o portuário Arlindo Lucena, antigo e querido militante das lutas operárias de Santos. A obra foi lançada pela Editora Fulgor.

Como diz o título, trata o livro da luta dos estivadores santistas contra as tentativas reacionárias de quebrar a sua unidade. Mas, além disso, o livro de Lucena aborda, com um estilo vibrante e ampla documentação, o problema do congestionamento do porto de Santos, revelando o que existe nos bastidores e as manobras contra a Petrobrás.

Arlindo Lucena foi saudado, ao iniciar-se a festa, pelo advogado Rafael Sampaio. Entre muitas outras pessoas, estiveram presentes o deputado Rubem Paiva, mestre Edoardo Guarnieri, arquiteto Vila-Nova Artigas, jornalista Elias Chaves Neto, Noel Gertel e Raquel Gertel, advogado Aldo Lins e Silva, vereador Luiz Córdova, dr. Motaury Moreira Porto, Alvaro de Faria e Belini Burza, poeta Pompílio Diniz e editores Caio Drago Prado e Pedro Fanelli.

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE SÃO PAULO
num grande romance de Afonso Schmidt
A LOCOMOTIVA
Adquirá-o pelo REEMBOLSO POSTAL na
LIVRARIA DAS BANDEIRAS
Rua Riachuelo, 342 — loja 2
— SÃO PAULO — (Capital) —
preço Cr\$ 620,00

Sargentos Que Desbarataram «Operação-Mosquito» Processados Por Gorilas Que Queriam Matar Jango

A anistia geral para todos os envolvidos no movimento dos sargentos é uma das mais importantes bandeiras que as forças populares estão elevando em nossos dias. Não se pela liberdade dos valores militares, mas também para mostrar a justiça da campanha pela elegibilidade das praças de pré, causa da manifestação de Brasília. Nessa luta estão integrados dezenas de sindicatos que já realizaram numerosos atos públicos, e que se mantêm em contato permanente com as autoridades, pressionando a Câmara dos Deputados para que aprove imediatamente o projeto Pereira Nunes que concede a anistia aos militares e civis envolvidos como participantes do movimento.

Desde o dia da manifestação até hoje, a grande maioria dos envolvidos já foi libertada, o que não significa que tenham sido esquecidos pelos golpistas desejosos de vingança pelo que os sargentos e o povo lhes fizeram durante a campanha da legalidade. Nesse sentido, os gorilas estenderam seus tentáculos, processando militares e civis de outras unidades da Federação, como sucedeu em São Paulo, onde o juiz José Barreto — processado por ter insultado o presidente da República e o ministro da Justiça — prendeu vários sargentos, entre eles o graduado Almirante Zoch Cavalheiro, que teve seu mandato cassado pelo STF, e os dois dirigentes sindicais José de Araújo Fláudio e Afonso Delcília. O comportamento desse juiz, que realiza audiência dia sim e dia não, para poder apressar o julgamento objetivo prejudicial ao movimento pela anistia. Essa é a posição dos golpistas infiltrados em nossas Forças Armadas e no próprio Parlamento.

As entidades populares e sindicais estão exigindo que sejam imediatamente libertados os seis sargentos do Exército que estão presos em Juiz de Fora, e os oito da Marinha que se encontram no Centro de Instrução da Ilha do Governador, para que nenhuma família de militares patriotas continue a passar necessidades, recebendo — quando recebem — apenas dois terços do soldo. Essas medidas podem ser tomadas pelas Auditorias Militares do Exército e da Marinha a exemplo do que fez a Justiça da Aeronáutica, relaxando a prisão preventiva de 57 sargentos.

A libertação dos militares só será um fato concreto quando a Câmara Federal tiver aprovado o projeto Pereira Nunes, anistando todos os civis e militares que foram envolvidos no levante, em todas as partes do País. Entretanto, apesar de estarem sendo processados os integrantes do levante de graduados, as forças populares, nas quais estão integrados os sargentos de toda a Nação, continuam empenhadas na luta para a conquista de melhores dias e de novos direitos, entre os quais a elegibilidade das praças de pré, causa remota do levante.

Passaram-se cinco meses desde o levante de Brasília, quando 600 praças de pré da guarnição militar do Distrito Federal insurgiram-se contra a cassação dos mandatos de seus companheiros. O levante durou poucas horas e seus participantes entregaram-se enquanto a Nação vivia em suspensão o corajoso protesto dos sargentos.

No dia seguinte, 14 de setembro, o deputado Adão Pereira Nunes apresentou à Mesa da Câmara dos Deputados um projeto para que fosse concedida anistia geral aos implicados na rebelião. Mas, apesar da rapidez com que foi preparado o projeto de anistia foi lançado às gavetas do Parlamento, e está lá até hoje, obstruído pelos mesmos deputados que não mediram esforços para anistiar a meia dúzia de implicados nas "revoltas-revoladas" de Jacaréacanga e Aragarças.

Contra essa obstrução já se manifestaram centenas de entidades sindicais e organizações populares, que vêm telegrafando aos líderes de bancadas da Câmara para que seja dado caráter de urgência à votação do projeto Pereira Nunes.

Com o início do novo período legislativo, os sindicatos e as organizações populares estão voltando a exigir dos deputados a votação da anistia, e nesse sentido tem enviado centenas de telegramas aos srs. Ovídio de Abreu e Taner de Neves, respectivamente relator do projeto do líder da maioria. Por outro lado a Liga Feminina do Estado da Guanabara, além de prestar ajuda permanente aos parentes dos presos, vem realizando visitas periódicas às autoridades civis e militares. Tantas visitas já fez, que se entrevistou por três vezes com três diferentes chefes da Casa Militar. Ant' do Carnaval, as esposas dos sargentos acompanhadas por dirigentes da Liga, estiveram com os ministros da Aeronáutica e da Marinha, além de terem sido recebidas pelo Presidente da República, que lhes garantiu seu apoio à anistia, medida que todos apoiam, mas que "inevitavelmente" não é efetivada.

Mas existem outros aspectos do problema dos sargentos, que são considerados como pestilentos pela famosa "imprensa sadia", tão predileta em descrever minuto por minuto o levante, como se fosse mais um conto de aventuras do que uma revindicada política de suma importância. Todos os jornais e todas as emissoras de rádio exauriram-se em notícias até o momento em que os 600 militares entraram "nos camarotes" do navio-prisão Raul Soares — como se

respirar um pouco mais a bordo das duas embarcações, mas as arbitrariedades não diminuíram em momento algum, os sargentos continuaram incomunicáveis, sujos e doentes, enquanto fora dos porões a situação dos presos era dada como "normal".

Durante os cinquenta dias que estiveram amontoados nos navios os graduados foram proibidos de fazer a barba ou cortar o cabelo, numa tentativa de baixar o moral dos prisioneiros que seriam submetidos a interrogatório no Inquérito Policial Militar.

Além de todas as arbitrariedades que começaram no momento em que os sargentos se entregaram, os presos foram mantidos no mais severo regime de incomunicabilidade, sendo proibida a entrada a bordo de quaisquer jornais, não se permitindo também que ouvissem rádio. Essa era a situação em que estavam somente alguns sargentos, pois vários outros foram imediatamente transferidos em enxovias infectas, sem aparelhos sanitários, e proibidos de sair à luz por mais de cinquenta dias.

Na medida em que os graduados compareciam aos interrogatórios, cavavam-se as possibilidades de armamento a bordo de qualquer jornal, não se permitindo também que ouvissem rádio. Essa era a situação em que estavam somente alguns sargentos, pois vários outros foram imediatamente transferidos em enxovias infectas, sem aparelhos sanitários, e proibidos de sair à luz por mais de cinquenta dias.

As Provoações do Inquérito

Os porões, as arbitrariedades dos oficiais e as medidas coercitivas aplicadas a outros sargentos em vários Estados, tinham um fim determinado, fazer do levante de Brasília um problema estritamente disciplinar, no qual estariam envolvidos oficiais nacionais e militares. Em resumo, seria um inquérito no mais puro estilo do Estado Novo, e exatamente nesse estilo foram envolvidos dois dirigentes sindicais de São Paulo.

Cada militar que era interrogado recebia retratos dos deputados Leonel Brizola, Marco Antônio Coelho e Max da Costa Santos para

que respondessem se os haviam visto na véspera do movimento. Como tudo isso não surtia efeito, alguns oficiais, principalmente da Marinha, passaram a fazer propostas amigáveis aos presos. Era necessário clarificar "mandantes" e nesse sentido os sargentos eram ameaçados de "passar vinte anos nas enxovias se não dissessem a verdade". Mas as ameaças foram em vão, os sargentos continuaram exatamente a verdade, mostrando que os acontecimentos de Brasília não podem ser qualificados de motim, pois tiveram um caráter essencialmente político: a luta pela elegibilidade das praças de pré.

Na medida em que os graduados compareciam aos interrogatórios, cavavam-se as possibilidades de armamento a bordo de qualquer jornal, não se permitindo também que ouvissem rádio. Essa era a situação em que estavam somente alguns sargentos, pois vários outros foram imediatamente transferidos em enxovias infectas, sem aparelhos sanitários, e proibidos de sair à luz por mais de cinquenta dias.

Outro aspecto importante da fase de inquérito do pronunciamento de Brasília foi o depoimento de alguns oficiais que foram protegidos física e moralmente pelos sargentos e que se apressaram a mentir diante da Comissão, talvez à espera de alguma promoção por merecimento. Esse tipo de promoção é muito impor-

ante, principalmente na Marinha, onde um sargento foi duramente perseguido por um oficial que o viu manuseando a Constituição, "material subversivo" no dizer do tenente.

«Os Quinze Fuzileiros de Brasília»

Uma pergunta ninguém fez durante os cinco meses que se seguiram ao movimento de Brasília: quem são esses sargentos?

Para refrescar algumas memórias empoeiradas, vamos lembrar quem é o sargento fuzileiro José da Conceição Dantas, preso no Centro de Instrução da Ilha do Governador. Contar a história desse valoroso militar significa nos reportarmos a Brasília, aos conturbados dias que se seguiram à renúncia do Presidente Jânio Quadros.

Dantas, naquela ocasião, servia na Guarnição de Fuzileiros de Brasília. No dia em que Jânio renunciou foi enviado à Base Aérea comandando 14 navais armados de metralhadoras. Isso poderia ser um simples motivo de tropa e nos esquecermos de que os sargentos de Brasília tinham-se manifestado exigindo a posse do vice-presidente, logo que subterram da renúncia, com o que não concordava o coronel Faria Lima, comandante da Guarnição.

O sargento Dantas e seus 14 fuzileiros foram mandados para a base com a finalidade de imobilizarem seus companheiros da Aeronáutica, ordem que foi deixada bem clara pelo major Clippber quando recebeu o contingente — lembramos em tempo que esse major andou envolvido com o anistado de Jacaréacanga, hoje tenente coronel Veloso.

O sargento fuzileiro, chegando à base Aérea, foi imediatamente levado ao coronel Faria Lima que o fez

Jurar pela bandeira que não conversaria com "os sargentos comunistas". O sargento Dantas, sem entender muita coisa, jurou. Mas, "ficou de orelha em pé". A noite, esteve com o sargento Prestes de Paula, que lhe explicou o que queriam os oficiais. Depois disso, conversou com o coronel Faria Lima, e se iria fazer se os oficiais quissem impedir a aterrissagem do avião presidencial de Brasília transformando-se num dos grandes estêopes da luta do povo brasileiro pela legalidade.

Enquanto a situação na Base Aérea era calma para os oficiais, "garantidos em seus propósitos pelo fuzileiro", o presidente João Goulart chegava ao Rio Grande do Sul e anunciava que voltaria para Brasília. Tratava-se de um artil. Mas, não fosse, o avião presidencial poderia ter sido derrubado por dois bombardeiros da FAB que estavam fortemente armados. E, possivelmente, hoje, a História do Brasil estaria sendo escrita por outras linhas. Jango não veio no "avião do primeiro avião", mas os oficiais da Base Aérea, que não sabiam de nada, prepararam-se para derrubá-lo. O coronel Faria Lima chamou o sargento Dantas ao seu gabinete e ordenou-lhe metralhar qualquer avião civil que batesse na pista. O sargento, que sabia o que estava acontecendo pediu a ordem por escrito. O coronel exaltou-se e disse que não dava. Dantas não criou caso, saiu e disse que metralhava, mas na verdade foi falar novamente com o sargento Prestes de Paula que tinha assistido do mato, onde estava escondido, a ação dos gorilas que carregavam os bombardeiros. Entendidos, os dois foram ao hangar e desmontaram algumas peças dos aviões que iriam decolar com o golpe em suas bombas. Assim, mesmo que Jango viesse, pousaria.

Jango não veio, os aviões não decolaram e os oficiais continuaram se fiando nos quinze fuzileiros até que o Jato da Varig com o presidente a bordo apareceu no céu de Brasília. Nessa altura, avisada, toda a guarnição de Brasília foi para o Aeroporto assistir a derrubada do avião presidencial, e seria derrubado mesmo se não tivesse sargento para modificar os acontecimentos. O que sucedeu durou poucos minutos. Quando o avião presidencial parou-se para aterrissar os sargentos imobilizaram os oficiais da torre de controle. Mas isso não era suficiente, outros oficiais estavam correndo em direção às baterias antiaéreas e procuravam entrar nos bombardeiros. Nessa corrida de oficiais reapareceram os fuzileiros, únicos a possuírem metralhadoras em toda a Base. Detidos e com a pontaria feita, os navais estavam prontos para metralhar os oficiais que tinham dado o nome de "Operação Mosquito" à operação mata-jango. O sargento Dantas ordenou aos oficiais que parassem. Era um sargento com 14 metralhadoras contra todo um estado-maior golpista que tinha "de parar aí, não leva bala". Um coronel não acreditou e avançou,

voltou correndo com uma rajada a um palmo do pé. Em sua fuga para o mato visinho à Base, os gorilas deixaram suas canetas e quepis no chão, mas conseguiram salvar a pele.

Quando Jango desceu do avião, e ele deve se lembrar disso, foi-lhe apresentado o sargento Dantas como sendo o responsável pela feliz aterrissagem e pela vida do Presidente. Ficou muito grato e convidou-o a aparecer no Tórto. Dantas não apareceu nem pode aparecer, pois está preso há cinco meses, enquanto que os gorilas que estavam prontos para mandar pelos ares toda a comitiva presidencial, estão soltos e sem manchas na folha, conspirando contra o governo que quiseram derrubar no sentido exato da palavra.

Os sargentos e o povo brasileiro não exigem honrarias nem definhados para os patriotas suboficiais e praças, o que eles querem é a anistia para aqueles que na madrugada do dia 13 de setembro protestaram contra o esbulhamento de seus votos. As forças populares estão unidas em torno da bandeira da anistia dentro do prazo mais curto possível, para que livres, os sargentos continuem a lutar pela legalidade e pelas liberdades.

Garcia Contra Código de Vencimentos Lesivo às Praças de Pré

Manifestando-se a respeito do novo Código de Vencimentos dos Militares o deputado Sargento Garcia Filho divulgou um documento, que a seguir publicamos na íntegra, em que enumera doze aspectos onde os sargentos, cabos e soldados das diversas armas são prejudicados. E o seguinte o documento:

O Congresso Nacional, ao aprovar o último aumento de vencimentos do funcionalismo civil e militar, determinou ao Executivo a remessa de Mensagem atualizadora do CVVM (Lei nº 1.316-51). O atual CVVM significa e encerra grandes conquistas dos militares, especialmente dos Sargentos. A sua aprovação foi uma luta árdua e desigual, que custou, inclusive, prisões, processos, expulsões, etc., de colegas da Marinha, Aeronáutica e Exército, sem falarmos nas escaramuças de marinheiros nas escadarias do Monro, então Senado Federal. No projeto original encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente Dutra, os Sargentos conseguiram, através do Deputado Café Filho e sua bancada, a duras penas, incluir diversas emendas que resultaram na atual posição continuada.

Quando da discussão do último aumento (Lei nº 4.242-63), todos estamos bem lembrados do esforço que se desenvolveu para evitar a aprovação da "Emenda Magessi", que reverteria os Sargentos à posição anterior a 1951 (CVVM) em relação aos senhores Oficiais.

O anteprojeto do novo Código, elaborado por comissão interministerial e apresentado ao Congresso pelo Executivo, tenta novamente, o garroteamento dos Sargentos e demais praças, de forma muito mais sutil, e até mesmo imperceptível aos menos atentos. A primeira vista, a Tabela do Anexo II nos trata de forma equitativa e equânime; mas, atentando-se para as entrelinhas do corpo do projeto, verificaremos que, pelo Anexo I (Emenda Magessi reformulada), quando o 2.º Tenente atingir Cr\$ 360.000,00 (SM x 6) o 3.º Sargento atingirá Cr\$ 240.000,00 (SM x 4) e o Marinheiro de 1.ª classe especializada, Cr\$ 60.000,00 (SM x 1), o que equivale dizer que a diferença de vencimentos entre o 2.º Tenente e o 3.º Sargento que é, hoje, de Cr\$ 20.000,00 (58.900,00 - 38.900,00) — do 3.º em diante, continuará em progressão geométrica. O escalonamento vertical (Anexo I) como está proposto, é a principal entrelinha prejudicial aos Sargentos e demais praças. As outras são:

a) — perda da gratificação de categoria especial ou normal e quinquênios (art. 8.º letras e e f); b) — perda do direito à diferença de soldo por exercício de função de graduação superior (art. 11, letra a);

c) — perda de esperanças de acesso (art. 15, sexto e sétimo quíntulos, que podemos chamar de Emenda 44 — a do Ferrari, lembramos-se? —, pela a grande maioria ficará na ativa até completar os 35 anos de efetivo serviço);

d) — impõe ao pessoal da Aeronáutica mais uma punição (agora pecuniária) por transgressões disciplinares, suspendendo-se o pagamento da gratificação de categoria especial (art. 25);

e) — suspensão do pagamento de gratificação de categoria especial aos que forem cursar ou realizar estágio de especialização ou aperfeiçoamento (art. 37);

f) — redução de 50 % a gratificação de categoria especial no ato de transferência para a reserva (art. 32);

g) — a diária de pousada do 3.º Sargento será de Cr\$ 2.900,00; do 2.º Tenente, Cr\$ 4.200,00; a do Gen. Ex., Cr\$ 9.000,00, isto só com a aprovação do novo Código (art. 39). No 1.º ou 2.º reajustamento (art. 182 e 183) será, para 3.º Sargento Cr\$ 8.000,00; para 2.º Tenente, Cr\$ 12.000,00; para Gen. Ex., Cr\$ 26.000,00. Do 3.º reajustamento em diante, a progressão continuará geométrica;

h) — suprime o direito à ajuda de custo (art. 51 letra c e art. 52 letra b);

i) — nega à Tropa a gratificação de Representação que dá aos privilegiados de alguns gabinetes (art. 63);

j) — onera o soldo com a criação do Fundo Hospitalar e Fundo de Moradia (art. 70 § 1.º e art. 100 § primeiro), sem incluímos o Imposto de Renda e Empréstimo Compulsório que nos irão atingir com muito maior incidência;

k) — cassa o direito ao provento de inatividade, até hoje inatingível (art. 118 letra b);

l) — estabelece discriminações para consignantes e consignatários, deixando à margem os cabos, soldados e marinheiros e respectivas associações (arts. 172 e 177). Isto no caráter geral; no particular, reduz a gratificação de categoria especial do pessoal de serviço aéreo, de submarino e escadaria e para-quadristas a 15% (art. 20 parágrafo único); nega ao pessoal especializado (médico, dentista, enfermeiro, meteorologista, controlador de voo, radiotelegrafista, mecânico, etc.) a gratificação de categoria especial; concede gratificação de categoria especial ao pessoal privilegiado que viaja como passageiro de avião comercial ou aeronave militar (arts. 30 e 33).

O Congresso Nacional será sempre sensível à eliminação das injustiças e discriminações apontadas, na medida em que lutarmos unidos, especialmente através dos Clubes e Associações de Classe. De minha parte, envidarei o melhor de meus esforços na defesa dos legítimos interesses de minha Classe e demais praças.

DERAM POSSE A JANGO



A ação patriótica desses sargentos foi decisiva na defesa da legalidade e da democracia durante os acontecimentos de agosto de 1961 que acompanharam a renúncia de Jânio Quadros. Graças a eles, fracassou a chamada «operação mosquito», pela qual os golpistas pretendiam impedir a posse de João Goulart, derrubando o avião que o levava para Brasília.

Contudo, estão hoje presos e sendo processados pelos «gorilas» mentores de toda espécie de conspiração contra a democracia e os interesses nacionais.

Instituto de Intercâmbio Cultural Brasil-URSS

CURSO DE LINGUA RUSSA

Matrículas abertas para novas turmas que terão início no mês de março.

Informações: Avenida Franklin Roosevelt, 194 — Grupo 304 — Telefone: 22-3546.

Fortes Sindicatos Rurais Comandam a Luta Nos Campos de Pernambuco

Reportagem de José Almeida
(2ª de uma série de 3)

O extraordinário vigor com que cresce e se afirma o movimento sindical rural em Pernambuco é resultado da firmeza com que as organizações defendem as reivindicações dos trabalhadores, comandando suas lutas e levando-as à vitória. Essa é a principal razão por que dois terços dos trabalhadores rurais de Zona da Mata estão sindicalmente organizados para extirpar as práticas feudais e alcançar novas conquistas.



A atmosfera de intranquilidade que envolve os campos de Pernambuco não é de modo algum, uma exceção no Brasil de hoje. Em quase todos os pontos do País, com intensidade maior ou menor, crepita a chama da luta por melhores condições de existência, pela modernização das relações sócio-econômicas. Se em Pernambuco, para mencionar um aspecto importante, é elevado o número de trabalhadores rurais sindicalizados — cerca de 100 mil —, não se deve esquecer que em todo o País a cifra correspondente já vai além de um milhão. O que distingue principalmente Pernambuco dos demais Estados é que lá essa luta se trava agora em uma situação mais avançada, decorrente do fato de que o poder político já não pertence aos latifundiários. Estas palavras do governador Miguel Arraes, em recente comício comemorativo do primeiro aniversário do seu governo, refletem fielmente o clima imperante no grande Estado nordestino: "Sinto e sei que, hoje, Pernambuco é o Estado mais intranquilo da Federação. Não se trata daquela intranquilidade que falavam as campanhas de calúnias e de mentira, e nelas isso queria dizer falta de segurança e de confiança, pânico pela iminência de explosões de ódio e de vinganças pessoais. De outra espécie de intranquilidade vive agora nosso povo e nosso Estado. Trata-se de salutar intranquilidade de quem, de repente e ao mesmo tempo, descobriu seu atraso e sua possibilidade de superar o atraso e progredir; desse especial estado de espírito que contamina todo um povo, quando ele presenteia sua oportunidade histórica e percebe que se encontra amadurecido para atividades. Tal é nosso caso".

Ligas e Sindicatos

Quando Francisco Lira foi assassinado em 1946 por capangas da Uirna Tuma, do sr. Fileno de Miranda, o motivo do crime foi justamente o ter ele organizado uma liga camponesa. Naqueles anos de ascenso democrático, logo depois da derrota das potências fascistas, apareceram no Brasil e também em Pernambuco, diversas organizações rurais. Entretanto, a repressão que sobreviveu desde o início, bem como a ausência de uma consciência amadurecida entre a massa do campo, tornaram efêmera a vida de tais entidades. Só uma vez, depois de haver o povo brasileiro vivido de dura luta e momentos de dramaticidade como o 24 de agosto de 1954, o 11 de novembro de 1955, depois de ter o povo do Recife conseguido colocar à frente de sua municipalidade o engenheiro Pelópidas Silveira, enfim, em novas condições, o movimento nos campos de Pernambuco voltou a apresentar um caráter organizado. Para isso, muito contribuiu a atuação de Francisco Julião, que continuou na Assembleia de Pernambuco, como deputado, a atuação progressista que caracterizava; já há muitos anos, sua conduta como advogado, Estimulando, assistindo, ajudando a organização dos trabalhadores do açúcar, defendendo-os na Justiça, Julião desempenhou relevante papel no despertar da consciência daqueles trabalhadores. O pujante movimento sindical que hoje anima os canavi-

ais pernambucanos, teve na ação e na despertar de consciência um grande impulso. A movimentação das massas rurais, desde então, ao lado do contínuo fortalecimento do movimento operário e democrático, em geral, imprimiu uma outra fisionomia à intelectualidade nordestina, principalmente à intelectualidade jovem, que se sentiu arrastada a uma participação militante nas lutas sociais. Quem vai hoje a Pernambuco terá por certo sua atenção atraída para o grande número de técnicos e intelectuais jovens — jovens na idade e, sobretudo, no modo de encarar os problemas do povo, do Estado, do País — ocupando cargos de responsabilidade na administração pública. No particular, aliás, cabe também um grande mérito à SUDENE, que surgiu na paisagem nordestina como uma coisa nova, totalmente diversa de quanto existia antes nos quadros da administração pública. Todos estes traços do Pernambuco de nossos dias compõem o processo democrático e renovador, cujo motor é precisamente a arregimentação das massas trabalhadoras da cidade e do campo. Os sindicatos de trabalhadores rurais pontilham a Zona da Mata e constituem organismos vivos e atuantes dos assentados da lavoura canavieira.

Quase 100 mil Sindicalizados

Como se explica o extraordinário prestígio da organização sindical entre os trabalhadores rurais de Pernambuco? De fato, não pode deixar de causar espanto o fato de que 95.500 assentados, num total de cerca de 150 mil, isto é, dois terços de todos os trabalhadores, façam parte dos sindicatos. Não é preciso ter imaginação rica para perceber a que está sujeito o trabalhador rural brasileiro quando entra para o sindicato. Demissão, perseguições, ameaças de morte, assassinatos — são freqüentes nestes casos. Vários foram os delegados e representantes sindicais dos campos de cana em Pernambuco que pagaram com a vida por sua condição ou pela firmeza com que se portaram em lutas e campanhas reivindicatórias. O segredo do êxito do movimento sindical na zona açucareira de Pernambuco está em que o sindicato é, realmente, um instrumento de luta dos trabalhadores. Não brinca em serviço. Se os patrões — usineiros ou fornecedores de cana — não atendem às suas reivindicações, os sindicatos ordenam a luta e a comandam. Ali onde isto não acontece, ali onde o sindicato se acomoda ou adota uma orientação subserviente aos patrões, o mais comum é a substituição das lideranças por outros capazes — e não o desaparecimento do sindicato. A massa trabalhadora sente na organização sindical algo que corresponde a uma necessidade. Vestiamos a sede do maior dos sindicatos rurais de Pernambuco e, por sinal, também o maior do Brasil. Trata-se do sindicato de Palmareis, que congrega nada menos de 39 mil assentados. Funciona ainda em instalações modestas: antigo prédio de um só pavimento, com um salão dividido em duas partes por um gradil de madeira, algumas mesas, cadeiras e

bancos. Estivemos lá num dia comum, de semana, à tarde. Dezenas de camponeses — homens e mulheres, algumas carregando seus filhos — ali estavam para reclamar direitos. A maioria deixava-se de despesas sem indenização. E preciso meditar um pouco para avaliar o formidável salto no tempo: lavradores da cana, em Pernambuco, até há pouco tempo uns párias que nada podiam sequer reclamar, sob pena de serem surrados e mortos, agora falam em indenização com a naturalidade e do mesmo espírito de determinação que os seus companheiros da cidade. Não faz muito, num engenho de Alarcão Bezerra, em Vitória de Santo Antão, foi descoberto uma vala onde estavam enterrados vários esqueletos humanos. Agora, os trabalhadores vão aos sindicatos e reclamam até na Justiça a observância dos seus direitos.

Ouvimos alguns dos que lá estavam. Maria Nazinha da Conceição é uma jovem trabalhadora rural. Trabalhava no engenho Jaqueira, em Catende, quando foi demitida sem receber a indenização. Procuramos conhecer as causas da dispensa. Aqui está, em poucas palavras, o que ela nos contou: sua mãe residia há 27 anos no referido engenho. Maria experimentou sair daquele inferno e foi para o Recife trabalhar como empregada doméstica. Mas, não resistiu à ausência da mãe, que deixara só no engenho, e para lá regressou. Trabalhava as duas no plantio e corte da cana e na limpeza do canal quando veio o salário mínimo de 15 mil cruzeiros. Acheu que era bastante para as duas viverem e retirou a mãe do duro labor no campo. Vendendo a casa do engenho e a velha já inútil para o trabalho, o administrador jogou-as na rua. Nem mesmo o fato de ter Maria um filho de seis meses pesou na decisão do preposto (ou, talvez, tenha sido mesmo a razão determinante para a atitude daquela quele soldado da civilização cristã).

Antônio Firmino da Silva há 3 anos e 10 meses morava no engenho Boa Sorte, da Uirna Santa Teresinha, de propriedade do "coronel" José Pessoa de Queiroz. Foi posto na rua sem receber qualquer indenização. Perguntei-lhe como eram antes as coisas, que faziam quando ocorriam violências como aquelas. Disse-me, em resposta, que nada podiam fazer, porque "por cima de tudo a polícia ainda vinha contra nós". Sobre os salários, declarou-me que, seu maior desejo era comprar umas cadeiras para casa, logo que arranjasse trabalho.

— Antes? Em nada que eu comprava ia-se embora o dinheiro. Um a um, todos aqueles casos iam sendo ouvidos pelos advogados do Sindicato, a fim de serem levados à Justiça. E a isto que os usineiros e senhores feudais do campo pernambucano chamam de comunismo e de cubanização.

Sindicatos Atuantes

Na Secretaria da Agricultura, em Recife, conheci Reginaldo Oomçalves Lima, delegado administrativo do Sindicato dos Trabalhadores de Barreiros, a tratar de um problema de sua relação com o secretário da Agricultura, o agrônomo Jader de Andrade. Aprovei-

tei os momentos de espera para ouvi-lo. Na antevespera, comandado pelo sindicato, os 8 mil trabalhadores rurais de Barreiros paralisaram todos os engenhos que fornecem cana à usina Central Barreiros devido a irregularidades no pagamento do 13.º salário. Em hora concordando — como as demais usinas e engenhos — no pagamento daquela obrigação, a Central Barreiros levou os trabalhadores em duodécimos. O Sindicato, então, procedeu a um levantamento nos 85 engenhos da região e descobriu que em noventa por cento dos casos os trabalhadores haviam sido prejudicados. Foi dado à usina um prazo de quinze dias para que regularizasse a situação e pagasse o devido. Espotou-se o prazo. A usina riscou o fosforo para vir se havia gasolina. Havia. Greve total. Nem um chapéu de palha nos canaviais. Ninguém furou a greve, tal como aconteceu na grande parada de 18 e 20 de novembro em toda a Zona da Mata. E em 24 horas a usina decidiu corrigir seu "erro de cálculo". Aliás, esse pequeno "erro" computados todos os trabalhadores, iria transferir para os Bezerra de Melo uns 8 milhões de cruzeiros de salários. De grão em grão o explorador enche o papo.

Dias antes da ocorrência descrita acima, o usineiro Frederico Maranhão, proprietário da usina Muribeca, em Jabotão, recusou-se a pagar o 13.º salário aos trabalhadores da usina e das lavouras, a inscrever os menores e mulheres demitidos. Durante quinze dias de mentiragens e ameaças, os trabalhadores e canaviais liderados por seus sindicatos — o da indústria do açúcar e o da lavoura — os trabalhadores foram à greve. Julgou o usineiro que resistindo a reivindicação e inspirando uma campanha de mentiragens em jornais do Sul, como "O Globo" e em jornais de Pernambuco e do Nordeste, as coisas lhe correriam bem. Também errou no cálculo. Os grevistas tiveram a solidariedade dos seus companheiros, mantiveram-se firmes. A polícia não interveio, como era praxe em outros tempos, para espancar e assassinar os trabalhadores. O resultado é que a greve chegou ao fim vitoriosa.

Estes são apenas alguns exemplos da atuação dos sindicatos, atuação cotidiana, pois não se passa uma semana sem que os trabalhadores de pelo menos um engenho em Pernambuco não se vejam obrigados a ir à greve por seus direitos.

Entretanto, o acontecimento que maior prestígio trouxe aos sindicatos rurais de Pernambuco foi a greve geral da lavoura canavieira, de novembro último.

A Grande Greve de Novembro

Quando os trabalhadores da lavoura do açúcar anunciaram seu propósito de entrar em greve por um aumento de salários de 80%, os usineiros e senhores de engenho não acreditaram na possibilidade de vir a parede e efetivaram-se. Recusaram o aumento, ou melhor, vincularam-no a um aumento do preço do açúcar. Entretanto, depois da concentração realizada no Recife, no domingo, dia 17 de novembro, organizada pela Federação dos Trabalhadores Rurais e apoiada pelo CGT e por todo o mo-

vimento sindical do Estado, assim como por organizações populares, estava claro que a greve seria decretada no dia seguinte. E foi. Eis como decorreu o movimento o semanário popular "A Hora", do Recife: "A reportagem de 'A Hora' percorreu uma vasta área da Zona Sul do Estado (zona canavieira). Nenhum trabalhador rural pegou no serviço na segunda-feira, dia 18. Parecia um domingo, ou feriado nacional. Nos caminhos, nas estradas, nos engenhos, só andavam os piquetes, impedindo que os patrões tentassem furar a greve. Pois alguns deles, como, por exemplo, no engenho 'Boa-que', da usina União Indústria, em Freixiras, município de Escada, tentaram passar por caminhos e cercados de cana para as moendas, no que foram impedidos pelos trabalhadores que, empunhando as estradas ou arrancando as pinguelas, não permitiram tal coisa. Um caminhão mais afilado foi mandado parar pelos trabalhadores e teve toda a sua carga (leña para a fôrnia da usina) descarregada na margem da estrada... O caminhão seguiu, porém vazio. A greve, estava decretada e era para valer".

Disciplina

Sobre essa greve, disse-me o ex-deputado Gregório Bezerra que foi tão corajoso e unitário que surpreendeu Pernambuco. A disciplina manifestada pelos grevistas, a obediência demonstrada às ordens emanadas do comando do movimento causaram admiração até mesmo a veteranos líderes sindicais. Um deles, José Lira, secretário do Sindicato dos Trabalhadores nas Usinas de Açúcar (na indústria) contou-me que, durante a greve, ao dirigir-se de jipe a uma das usinas, encontrou-se em caminho com piquete composto de três homens e uma mulher, esta esposa de um dos grevistas. Perguntou-lhes como ia o movimento e a resposta foi que tudo "corria bem". "Ali estavam prontos para impedir que o senhor de engenho atesasse fogo ao canaviais e jogasse a culpa sobre os paulistas.eram umas onze horas da manhã e o calor intenso. Levavam com sede e pediram a José Lira um pouco de água. Como não levasse água consigo, indicou-lhes um córrego que passava a 200 ou 300 metros do local. — Vamos não — foi a resposta. Se a gente sair daqui, o homem pode vir e queimar a cana e o Sindicato disso, para prestarmos atenção.

E lá ficaram, com sede e debaixo do sol. Mas, nada de a n o r m a l verificou-se naquela plantação de cana. Em geral, nenhuma anomalia de água ocorrido durante a greve; não fora o ódio secular votado pelos latifundiários e usineiros aos trabalhadores, seu desespero em face da unidade e da organização dos grevistas, que os deixaram perplexos. No município de Vitória, no engenho "Oiteirão", o dono do engenho, Antônio Vicente Veloso, em companhia de capangas, assassinou a tiros de revólver o delegado sindical Erasmo Marinho de Freitas, que no momento se encontrava em casa, junto com a mulher e os filhos pequenos. Crime semelhante deu-se no engenho "Capelinha" da usina Muribeca, em Jabotão, no qual perdeu a vida atingido por tiros de rifle, disparados pelo administrador do enge-

nho, o delegado sindical João Alves da Silva. O assassino por pouco não era julgado no local por outros trabalhadores, tendo conseguido fugir, apesar de haver levado um golpe de foice na cabeça, após o crime. Também os criminosos do engenho "Oiteirão" evadiram-se, estando a polícia de Escada, desde então, na sua encalça. De toda maneira, é pouco provável que consigam voltar aos engenhos, em qualquer tempo, pois os demais trabalhadores juraram vingar a morte dos companheiros.

Reivindicações Conquistadas

Além do aumento salarial de 80%, de extraordinário significado econômico para a Zona da Mata e para todo o Estado de Pernambuco, os 150 mil trabalhadores rurais pernambucanos conquistaram com a greve mais sa seguintes reivindicações: reconhecimento de um delegado sindical eleito pelos trabalhadores em cada engenho, que não poderá ser demitido e gozando de ponto facultativo, com mandato pelo prazo de dois anos; escolha de representantes dos trabalhadores para figurarem em uma comissão tendo em vista atender às zonas rurais da faixa limítima do Estado a previdência social, além de assistência médica e escolar; compromisso dos empregadores de descontar as contribuições devidas aos sindicatos por todos os trabalhadores que o desejarem, cabendo aqueles que preferirem ficar de fora da organização sindical a obrigação de comunicar por escrito sua decisão ao sindicato e ao empregador; obrigatoriedade dos empregadores de só admitirem empregados com obediência aos dispositivos legais sobre a Carteira Profissional e o registro de empregados; observância, pelos empregadores, da tabela das tarefas de campo aprovada em reunião anterior no Palácio do Governo, em Pernambuco; pagamento do 13.º salário; pagamento de dois dias de salários (correspondentes aos dois dias de duração da greve) à base do salário vigente antes do aumento de 80%.

A greve, como se vê, produziu magníficos frutos. Deles, porém, o mais precioso foi o fortalecimento dos sindicatos na Zona da Mata e o progressivo alastramento da sua influência à Zona do Agreste e ao Sertão, onde a luta apresenta características muito diferentes e específicas.

Quem Infil nos Sindicatos?

Entre as diferentes forças políticas que atuam no movimento sindical rural em Pernambuco, são os comunistas os que mais se destacam por seu espírito unitário, sua capacidade de organização e a firmeza na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores. Sem pretender a exclusividade da direção do movimento, são eles que exercem a principal influência nos maiores sindicatos de trabalhadores rurais: em Palmareis, Barreiros, Jabotão, Tambo, Goiana, Igarassu. Nesses sindicatos e concentram-se mais de 60 mil dos 95.500 trabalhadores sindicalizados da Zona da Mata pernambucana. Em outros sindicatos, como os de Escada, Moreno, Vitória, São Lourenço, Timbubá, Conrado, Nazaré e Carpina, com apoio de autoridades

federais, desenvolvem intensas atividades que, entretanto, encontra duas limitações básicas: de um lado, obedecendo a instruções de alta hierarquia católica, os padres procuram condicionar de modo a não atrair-se com os usineiros e senhores de engenho, e, ao mesmo tempo, eliminar as lideranças sindicais ou elementos mais firmes e conscientes, antes de tudo os comunistas; de outro lado, pressionados pela consciência cada vez mais elevada das massas trabalhadoras, vêm-se obrigados a levantar determinadas reivindicações e, inclusive, a compor-se com os comunistas. Certamente que também pesam as tendências individuais dos padres.

Durante a grande greve de novembro, quando todos os trabalhadores aderiram ao movimento, diminuiu bastante a influência dos elementos católicos que se opuseram à greve. O caso do padre Melo, no município do Cabo, é especial. Depois de ter conduzido algumas campanhas reivindicatórias nos termos radicais tão conhecidos, e, com isso, alcançado certa notoriedade, principalmente entre os camponeses do Cabo, o padre Melo desmascarou-se como um agente remunerado do IBAD (recebia 15 mil cruzeiros por mês, conforme cartas apreendidas em Pernambuco nos arquivos da organização fascista). E a cada dia que passa vai sendo mais e mais identificado pelos trabalhadores como um impostor. Não faz muito, revelou-se eleito de Lacerda. Outras forças, além dos comunistas e do clero católico, atuam no movimento sindical rural em Per-

nambuco. São as organizações e dirigentes das ligas camponesas, lideradas por Julião, e alguns grupos de menor expressão, chamados esquerdistas porque se apresentam sob uma fraseologia radical. Neles, os grupos, formados sobretudo por jovens universitários, ou a eles ligados, encontram-se rapazes e moças imbuídos dos mais nobres sentimentos dentro do seu lirismo revolucionário, assim como aventureiros e por incrível que pareça, até aproveitadores, que em alguns casos resolvem trabalhar por conta própria...

No que se refere às ligas camponesas, é geral a observação de que vêm perdendo substancialmente, seja pela formulação de reivindicações sem base na realidade. Entretanto, continuam desempenhando certo papel e são tanto mais eficazes quanto são capazes de se identificar com o movimento sindical e de fazer sua também a bandeira deste último. No grau de consciência e de organização já alcançado no processo democrático em Pernambuco, quaisquer organizações condenam-se ao isolamento e reduzem-se a grupos setoriais — capazes, se tanto, de ações isoladas e prejudiciais ao movimento — quando querem avançar e formular reivindicações aparentemente radicais, mas que, de fato, seriam um passo atrás na marcha empreendida. Uma destas reivindicações, em minha opinião, é a exigência da instituição do regime da pequena propriedade na zona açucareira, assunto da última reportagem desta série.

EXPLICAÇÃO AO LEITOR

Quando iniciamos estas reportagens, imaginamos poder resumir em duas as observações que fizemos durante nossa visita a Pernambuco, em dezembro último. Entretanto, tivemos a possibilidade de voltar àquela Estado na segunda quinzena de janeiro daí a necessidade de sentirmos de modificar o plano inicial, escrevendo mais uma reportagem. Esta, também, a razão do intervalo de semanas que separa a primeira destas duas últimas notas. — J. A.

NIKITA KRUSCHOV

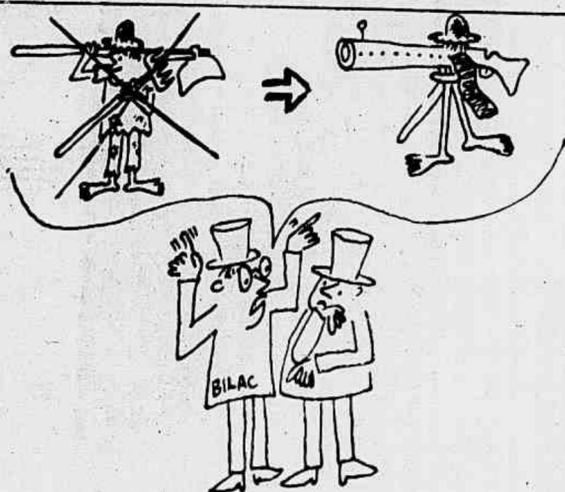
e os problemas mais candentes da atualidade internacional

- A coexistência pacífica, uma necessidade objetiva. Nova etapa no desenvolvimento da crise geral do capitalismo. A "democracia" imperialista. A benéfica influência do socialismo sobre a luta libertadora dos povos. O movimento comunista, a força mais influente de nosso tempo. A construção do comunismo na URSS. Estas e outras importantes questões são focalizadas com objetividade e clareza por Kruschov na seguinte coletânea de 8 livros:
- O imperialismo, inimigo dos povos, inimigo da paz — Cr\$ 200,00.
- O movimento de libertação nacional — Cr\$ 200,00.
- O movimento revolucionário operário e comunista — Cr\$ 200,00.
- Impedir a guerra é a tarefa fundamental — Cr\$ 200,00.
- Socialismo e Comunismo — Cr\$ 300,00.

A coletânea completa — Cr\$ 1.000,00. A venda nas livrarias. Publicação da Editorial Vitória Limitada. Pedidos pelo Reembolso Postal — Caixa Postal, 165 — 20-00 — Rio - GB. Aos reembolsoistas do Centro, Norte e Nordeste, pedimos que façam seus pedidos p/retornar via aérea.



A GUERRINHA DO BILAC



Fevereiro

em Valadares:

o Velho

e o Novo



Os camponeses reclamaram em praça pública a Fazenda do Ministério...



... o ministro Oswaldo Lima Filho, da Agricultura, resolveu na hora...



... e com famílias tomaram posse das terras, abandonadas até então.

Consequência da sindicalização rural feita em Governador Valadares, surgiram, este mês, as primeiras reações dos latifundiários do Vale do Rio Doce. Cidade que cresce em ritmo espetacular. Valadares sofre agora os efeitos da migração rural, quando milhares de camponeses sem terra, e em busca de trabalho se deslocam para ela, tentando encontrar ali os meios de subsistência que não encontram no campo. Porém a oferta de trabalho é menor que a procura, um grande número de desempregados é lançado à mendicância e à miséria, formando na cidade, relativamente nova, numerosas favelas.

As causas deste estado de coisas são as mesmas em todo o país: o desenvolvimento econômico traz como coisa imediata a urbanização e a industrialização, que implicam em necessidade de mão-de-obra. Do outro lado, a estrutura agrária tradicional permite a existência de um fabuloso exército de reserva de mão-de-obra, pois a maioria dos que trabalham no campo não tem ocupação fixa. Isto leva a que, ao menor sinal de novos empregos, essa massa rural se desloque para a cidade em busca de melhores condições de vida.

Segundo constatações oficiais, existem em Governador Valadares 13 mil desempregados, espalhados pelas favelas e vivendo

nas mais baixas condições de vida. Essa massa humana é constituída, em sua quase totalidade, de camponeses expulsos pelos latifundiários do Vale do Rio Doce. A fundação do sindicato rural veio aglutiná-los, provocando a reação inclusive armada, dos latifundiários, temerosos da invasão por essa massa das terras de que se apropriaram. O governo interveio, determinando a divisão da fazenda do Ministério da Agricultura entre os camponeses, que reclamam agora a desapropriação, já prometida, das fazendas da Anglo e da Grã-Duquesa de Luxemburgo.

É a próxima providência, a ser seguida por outras até a Reforma Agrária.

ESTÓRIA (NOVA) DE CAMPONESES E FAZENDEIROS

Embora o prefeito e os vereadores, o juiz de Direito, o promotor e o delegado tenham sido, sempre, as autoridades, no município em Governador Valadares, quem exerceu até hoje o poder de fato no município, estendendo-o além das fronteiras e tomando todo o Vale do Rio Doce, foram os coronéis da República Velha, donos de vastos latifúndios conseguidos à custa do esforço pioneirístico dos posseiros e pela força da ambição dos fazendeiros. Sustentando-os, milhares de camponeses trabalharam à terra à custa do alimento bastante para o dia seguinte até que tomaram conhecimento do Estatuto do Trabalhador Rural, que determinou a sindicalização dos trabalhadores do campo organizando-os para a conquista de suas reivindicações.

O domínio do Vale do Rio Doce pelos latifundiários vai chegando ao fim: em fevereiro, em Valadares, feriu-se a primeira batalha, da qual os camponeses foram os ganhadores. A Fazenda Agrícola do Ministério da Agricultura foi dividida entre as famílias de camponeses e as fazendas da Anglo e da Grã-Duquesa de Luxemburgo serão desapropriadas pelo governo, como primeira etapa da luta pela posse da terra no Grande Vale.

Reação à Sindicalização

Tudo começou quando os camponeses, com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares, começaram em massa a sapataria de Francisco Raimundo da Paixão, o Chicão, onde se instalou o sindicato. Cerca de 2 mil trabalhadores do campo inscreveram-se em

15 dias, o que apavorou os fazendeiros, temerosos das consequências da organização dos camponeses. Telegrafando às autoridades estaduais e a deputados da região na Assembleia Legislativa, procuraram fazer crer que era iminente a invasão de suas terras pelos camponeses. Procuraram, assim, impedir a sindicalização rural, reclamando, e o mesmo nos tempos antigos, as providências do governo, através de infâmias, como a de que os camponeses estavam armados de metralhadoras, levadas pela SUPRA por avião.

Atendendo aos telegramas alarmistas da Associação Rural de Governador Valadares, liderada pelo latifundiário Otávio Abrantes, o governo estadual enviou ao Rio Doce uma comissão, composta do comandante geral da Polícia Militar, cel. José Geraldo de Oliveira, capitão Carlos de Castro Amaral, representante da ID-4, e srs. Heivécio Arraiza, representante do secretário da Segurança, e Geraldo Nascimento, representante do secretário do Trabalho. Colocada a par da situação verdadeira, a comissão convidou o líder camponês Francisco Raimundo da Paixão a vir a Belo Horizonte, onde conversou com o governador Magalhães Pinto, ficando decidida a reivindicação, junto ao governo federal, da repartição da Fazenda Agrícola do Ministério da Agricultura, abandonada até então.

A reação dos fazendeiros contra a sindicalização rural veio despertar antigo episódio ocorrido em Valadares, quando o operário Francisco Alves foi trucidado à paulada e facadas no meio da rua ao tentar criar o hoje forte e poderoso Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, Naquela

época, o delegado da cidade era o memialismo cel. Pedro Ferreira, que hoje surge como comandante das milícias de fazendeiros, sob o pretexto de evitar a comunização do Vale do Rio Doce. Os latifundiários não chegaram, desta vez, a assassinar ninguém, apesar de ameaçarem o jornalista Carlos Olavo, de "O Combate", mas, contando com vários jornais, rádios locais e da Capital, desfecharam uma onda de mentiras, nas quais, no entanto, não se adivinham seus propósitos, de resistir pelas armas a qualquer medida em benefício dos camponeses de Valadares.

Recepção de Fazendeiros

O ministro Oswaldo Lima Filho, da Agricultura e o sr. João Pinheiro Neto, presidente da SUPRA, acompanhados dos srs. Antônio Pauline de Carvalho, delegado do Ministério da Agricultura em Minas, Hilton Guerra, assistente do delegado da SUPRA no Estado e do engenheiro Agrônomo A Juliano Soares, estiveram em Governador Valadares, quando entraram em contato com os elementos em choque: latifundiários e camponeses. Na oportunidade foi debatido o problema e os camponeses, através de seu líder, Francisco Raimundo da Paixão, mostraram seu verdadeiro intento, denunciando os latifundiários "que falam de pretensos planos de invasão de terras pelo nosso Sindicato para esconder o que realmente desejam, que é fechar nossa organização para que jamais possamos ferir seus privilégios iníquos". O sr. João Pinheiro Neto, em encontro com os fazendeiros na Associação Rural, sugeriu aos srs. Francisco Raimundo da

Paixão e Altino Machado uma pose juntos com ele para uma fotografia na qual foi retratado pelo homem da Beijo: "Água não mistura com azeite", sr. ministro".

Longe de terem a tranquilidade dos camponeses para discutir com as autoridades, os latifundiários celebraram o sr. João Pinheiro Neto, na Associação Rural, com atos de grosseria e desrespeito, tendo o presidente da Associação, sr. Otávio Abrantes, se negado a tomar assento à mesa, ao lado do presidente da SUPRA, afirmando que, "não se assentava com comunistas". O sr. João Pinheiro Neto, sempre interrompido por várias partidas dos fazendeiros e por elementos a eles ligados, desviou-se para sua palestra serenamente, afirmando: "Sou de carne e osso; se os senhores pretendem apenas me ofender, devo avisar que também sei revidar ao insulto". E, noutra parte: "A SUPRA estimula a sindicalização rural dos lavradores e o faz de acordo com a lei e baseia no mesmo princípio que dá aos senhores, o direito de se organizarem em Associações Rurais". E concluiu: "Esta assembleia não está à altura de uma cidade como Governador Valadares. Não fujo ao debate e poderei voltar aqui, mas para uma reunião de nível condizente com a civilização de Valadares, neste momento, não, a não ser para continuar apenas sendo ofendido, como está acontecendo".

Fazendas Desapropriadas

O presidente João Goulart determinou a entrega aos camponeses da Fazenda Agrícola do Ministério da Agricultura, disposta, que foi anunciada em Valada-

res pelo ministro da Agricultura, sr. Oswaldo Lima Filho. A entrega foi aceita pelos trabalhadores, que discutiram com o ministro e os secretários José Azevedo de Oliveira, do Governo e Edgar Mata Machado, do Trabalho, que também tinham ido a Valadares, a sua divisão entre 100 famílias, o que foi feito imediatamente por técnicos do Ministério da Agricultura. Os camponeses já tomaram posse da fazenda e esperam, agora, o cumprimento da promessa do governo, de desapropriação das fazendas até então abandonadas. Figueira, Primitivo e dos Quinze, a primeira de propriedade da Grã-Duquesa de Luxemburgo, e as outras do Frigorífico Anglo, sendo que a última, de 1933 alqueires, localiza-se em Itambaci.

No Grande Vale, no entanto, existem 800 mil camponeses sem terra, enquanto mais de 200 latifundiários são donos de todas elas. São proprietários: Frigorífico Anglo, cuja fazenda em Valadares é dirigida por Mr. Cyril Vincent Heed; Grã-Duquesa de Luxemburgo; Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, que possui 3 mil alqueires; ACEITA; IMAPERA e Companhia Agro-Pastoril, empresas madeireiras; deputado Jader e Raimundo Albuquerque; coronel Altino Machado; João Melo, que adquiriu, em 62, 70 fazendas; dr. Leão, que possui 3 mil alqueires; João Amorim, idem; João Baiano, 1.800; José Regino, 800; Vigiato, 3 mil; Paulino Fernandes, idem; Lino, entre 3 e 4 mil; cel. Pedro Ferreira, da PM; Joter Peres, na fazenda de quem, na verdade, desceu o avião com armas; Lirio Cabral, dono da CRISA SA, empresa que especula com terras; etc., etc.

OS ARMADOS E OS DESARMADOS

Enquanto dezenas de firmas comerciais de Governador Valadares, Teófilo Ottoni, Coronel Fabriciano e Ipatinga funcionam irregularmente, vendendo armas modernas aos fazendeiros do Vale do Rio Doce, para resistir pela força às medidas de Reforma Agrária, os camponeses da região estão sendo desarmados de suas facas e espingardas. Instrumentos de trabalho e de caça, pelos soldados da PM, sobre o pretexto de aliviar a tensão provocada pelos últimos acontecimentos.

Por outro lado, o comandante do policiamento Ostensivo da PM, coronel José Pereira, informou semana passada o recebimento de 10 mil revólveres casseteles, 3 helicópteros e 40 estações de rádio do governo norte-americano através do Ponto IV, para aperfeiçoamento do sistema de policiamento do Estado.

Calma Aparente

Apesar da calma aparente que atravessa a região de Governador Valadares, depois dos acontecimentos que culminaram com a determinação de dividir entre os camponeses a Fazenda Agrícola do Ministério da Agricultura, e desapropriar, com o mesmo fim, as fazendas do Frigorífico Anglo e da Grã-Duquesa de Luxemburgo, a Polícia Militar

está informada de que os fazendeiros estão se armando de carabinas e revólveres e a seus familiares, capatazes e jagunços, sob a alegação de existirem ameaças de invasão de suas terras por parte dos camponeses. A informação foi prestada pelo cel. José Pereira e o deputado Alvaro Sales, do PSD, também informou que os fazendeiros de Governador Valadares, que estiveram semana passada em Belo Horizonte para pedir garantias ao governador Magalhães Pinto, retornaram à região dispostos a reagir a bala contra qualquer ameaça de invasão de suas terras.

Latifundiário Desarma Camponeses

Para acalmar a região de Governador Valadares, inclusive fazendo a apreensão de armas, foi organizado dispositivo militar, supervisionado pelo cel. Pedro Ferreira, da Polícia Militar, que possui uma fazenda no Vale do Rio Doce e que estava preparando os fazendeiros para a luta armada contra os camponeses. O cel. Pedro Ferreira, no entanto, descumprindo o ordeno do Comando Geral da PM, distribuiu a todos os delegados do interior do Estado, de que devem fazer a apreensão de armas e munições de toda e qualquer pessoa

que esteja armada, só vem apreendendo as armas dos camponeses, enquanto os fazendeiros compram armas vendidas ilegalmente por firmas sem licença ou recebem, por avião, armamentos, como aconteceu com o sr. Joter Peres. Até agora, já foram apreendidos mais de 200 quilos de armas e, para isso, o 6.º Batalhão da PM, sediado em Governador Valadares, recebeu mais 300 homens na última semana, totalizando 1.200 homens no policiamento do Vale do Rio Doce.

Armas da PM Para GV

As armas recebidas pela PM do Ponto IV, segundo informou o cel. José Pereira, "distina-se a aperfeiçoar o policiamento do interior mineiro, dando-lhe mobilidade e rapidez, pois os meios de comunicações são poucos e a PM não dispõe de aparelhos adequados. Com as 40 estações de rádio que ganhamos, organizaremos o Serviço de Telecomunicações da Polícia Militar; com os revólveres, armaremos centenas de soldados que não têm nem mesmo cassetele; e os helicópteros serão usados para socorrer os soldados e civis e ao transporte de distâncias, facilitando a nossa ação em qualquer emergência no interior." Segundo informou, a primeira remes-

sa do material será levada para Governador Valadares, onde poderá ser entregue a coronéis da PM e latifundiários como os srs. Pedro Ferreira e Altino Machado ou posta a seu serviço, na defesa de seus privilégios e interesses.

Comércio Ilegal

Dezenas de firmas funcionam irregularmente no Vale do Rio Doce, vendendo armas e munições a fazendeiros, únicos que as podem comprar, sem licença da Delegacia de Armas e Munições ou certificado de registro do Exército. É a seguinte a relação dessas firmas, de cuja existência tem conhecimento a PM:

En Coronel Fabriciano — Francisco Moreira Quinão & Cia. não renovou a licença pa a 64 e o certificado do Exército está peremuto, desde 63; Genaro Pinto Coelho cancelou o registro, mas continua negociando com armas; J. Bragança & Filhos funcionou nos anos de 62 e 63 sem licença e não requereu a de 64; Rubens Siqueira Maia, sem licença nos anos de 62, 63 e 64; Raimundo Rodrigues de Oliveira, certificado caduco desde 63 e sem licença em 62, 63, 64 e com certificado do Exército, caduco desde 1963.

Deixaram de renovar as licenças em 1964: Jonquim Vieira Alves, José Avelino Barbosa, José Maria Rollin, Jaime Gaspar, Veneslau Martins Araújo, nos anos de 62/63 e José de Avila Barros, sem licença da polícia.

Em Teófilo Ottoni Ady-mi Najjar & Cia. Ltda. sem licença nos anos de 62 e 63; Alexandre Matar, sem licença em 64; Cesar Afonso Teófilo Ltda. sem licença nos anos de 62, 63 e 64; Gamen Martins & Ca sem licença nos anos de 61, 62, 63 e 64; Hossaim All Lawar, anos de 62, 63 e 64; Vitor Cesar Ivo, anos de 61, 62, 63, e 64; Contepa, 62, 63 e 64; e Assad El Baeha, Casa Anselmo Com. Ltda., Ermãos Macêdo, Natalino Scarpato, Pacheco Sobrinho & Cia., Monteiro de Barros Ltda., Mahmud Al Salmir El Ajal sem licença para o ano de 1964.

Em Governador Valadares Amintas Ferreira da Costa, licença cancelada; Nachá Habib & Filhos, Pedro de Oliveira e Santos Nogueira Minérios S.A. funcionaram sem licença no ano de 63; Tavares & Cia. Ltda., sem licença nos anos de 62, 63 e 64; Eurico Bueno Azevedo não renovou em 64; Lourival Lourenço Ferreira, Faria e Filho Ltda. e Pascoal F. Jacomo, sem licença do Exército e da Polícia.

VERDADE DE SAPATEIRO FEITO LÍDER

— Temos em Governador Valadares 13 mil desempregados vivendo como lixo na cidade e, desses, 30 por cento são camponeses expulsos de suas terras pelos latifundiários, que queimaram nossos barracos, colocaram gado em nossas lavouras e até mataram patas amendonrantes que lhes resistiam. Com a sindicalização rural e, posteriormente, o decreto de desapropriação das terras ao longo das rodovias, nosso sindicato cresceu e hoje, com 1840 associados, é o mais forte da região — declarou, em entrevista a NOVOS RUMOS, o líder camponês Francisco Raimundo Paixão, o "Chicão".

Chicão é sapateiro, tem 32 anos, é casado e tem 4 filhos. Sua casa, no bairro Santa Teresinha, em Valadares, é também a sede do sindicato. O bairro é o mais pobre de uma cidade de 130 mil habitantes.

Iniciando sua entrevista, Chicão afirmou que "a sindicalização rural, promovida

da pela delegacia regional da SUPRA, foi um presente dos céus, pois é o instrumento que o camponês passou a ter para lutar na defesa de seus direitos e suas reivindicações".

Atualmente, vivem em Governador Valadares cerca de 13 mil desempregados, em extrema miséria. Noventa por cento dessa população marginal veio do campo, expulsos pelos fazendeiros da região.

Para expulsá-los — disse Chicão — os fazendeiros usaram de todos os meios: queimaram nossos barracos, soltaram o gado sobre nossos campos de lavoura e até usaram do assassinato para amendonrantes os que lhes resistiam.

Plano de Difamação

Os camponeses não tinham em quem se apoiar para exigir a reparação de seus direitos violados. A oportunidade, de se reunirem, sob proteção da lei, surgiu com a campanha de sindicalização encetada pela SUPRA.

— Ao surgir a possibilidade de nos sindicalizarmos e,

posteriormente, com o decreto de desapropriação das terras marginais às rodovias, vimos com alegria que podíamos ter ainda uma esperança de voltarmos a ter nossas terras e nossas lavouras. Nosso sindicato, em 15 dias, conseguiu reunir 1840 associados e tornou-se o mais forte da região — explicou Chicão.

Vendo que a potência do sindicato crescia a cada dia, os fazendeiros de Governador Valadares iniciaram uma campanha de difamação e calúnia contra os camponeses sindicalizados: — O plano de difamação visando a cortar o crescimento de nosso movimento passou a aumentar a medida em que nos também crescíamos, e, o que é pior, os fazendeiros começaram a justificar uma série de atitudes que vinham tomando há muito tempo, tentando confundir a opinião pública — disse Chicão.

A Mentira do Avião

— Para sustentar o seu plano de difamação, os fazendeiros contavam com a

omissão das autoridades locais, que, a tudo isso, sem tomar qualquer providência. Inicialmente, espalharão o boato de que havíamos recebido um avião carregado de armas, quando na verdade o aparelho foi visto descendo na fazenda Boa Vista, de propriedade do latifundiário Joter Peres. Além do mais, os camponeses viram na fazenda do Coronel Altino 40 metralhadoras e mais de 200 carabinas. O avião carregado de armas foi recebido por eles e não por nós — acrescentou.

Depois do episódio do avião, os fazendeiros andaram espalhando que os camponeses haviam marchado à data da invasão das terras, para confundir as autoridades e jogar os governos federal e estadual em cima deles.

Chicão afirma que isto era uma mentira grosseira, "pois o que na verdade reivindicávamos era a entrega das terras da fazenda do Ministério da Agricultura aos camponeses. Essa fazenda estava abandonada e podia ser entregue aos camponeses, pois

possui 840 alqueires de terras que daríamos para resolver o problema de 100 famílias".

Sindicato, o Alvo

Para o líder dos camponeses de Valadares, a reação dos fazendeiros é muito fácil de ser explicada, porque "o mal disfarçado interesse deles é destruir nosso sindicato para manter nós e nossos filhos na miséria, escorraçados pela fome de suas fazendas e enchendo as favelas da cidade de miseráveis".

O alvo principal dos fazendeiros é Chicão. Diz ele que "eles querem pouca coisa comigo. E' só me matar, picar aos pedregos e jogar no Rio Doce. Agora, ai está o que deu: veio aqui o ministro da Agricultura, os secretários José Azevedo e Edgar da Mata Machado, vieram e mandaram loter e distribuir a Fazenda do Ministério. Portanto, nós é que estavam certos. E agora? Será que eles, os que sempre se mostraram inimigos intransigentes e do nosso sindicato, vão começar a pensar um pouco?"